

# Entre Fronteiras e Gerações

Jovens emigrantes e famílias

Carlos Barros

# Entre Fronteiras e Gerações

LICENÇA Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0



TÍTULO Entre Fronteiras e Gerações  
Jovens emigrantes e famílias  
AUTOR Carlos Barros  
COLEÇÃO Biblioteca de Investigação

© Carlos Barros  
© Universidade Católica Editora

REVISÃO Ana Cunha  
PAGINAÇÃO Magda M. Coelho  
CAPA Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS  
IMPRESSÃO Papelmunde  
DEPÓSITO LEGAL 544321/25  
TIRAGEM 120 exemplares  
DATA fevereiro 2025  
ISBN 9789725410882  
eISBN 9789725411025  
DOI <https://doi.org/10.34632/9789725411025>

Universidade Católica Editora,  
Sociedade Unipessoal, Lda.  
Palma de Cima 1649-023 Lisboa  
Tel. (351) 217 214 020  
[uceditora@ucp.pt](mailto:uceditora@ucp.pt) | [www.uceditora.ucp.pt](http://www.uceditora.ucp.pt)

Carlos Barros

# Entre Fronteiras e Gerações

Jovens emigrantes e famílias



# Índice geral

Prefácio por <i>Margarida Gaspar de Matos</i>	9
Porquê este livro?	13

## PARTE I - TEORIA PARA ENQUADRAR A PRÁTICA

1. Estamos ligados: abordagem ecológica e sistémica	15
1.1. A (re)construção da família ao longo da vida	17
1.2. As famílias no processo migratório	20
2. Resiliência: do indivíduo à família	21
2.1. A resiliência no contexto das migrações (e cultura)	24
2.1.1. O caso específico das famílias transnacionais	27
3. Solidariedade	29
3.1. Solidariedade intergeracional	30
3.2. Uma lente para ver melhor: Teoria da Solidariedade Intergeracional de Bengtson	31
3.3. Conflito intergeracional	32
3.4. Entre conflito e negociação: a ambivalência intergeracional	34
4. Novas Tecnologias para dinamizar relações	36
4.1. A sociedade da informação e da comunicação e o uso dos novos meios tecnológicos	36
4.2. Novas tecnologias de comunicação em famílias transnacionais	38
4.3. Contributo das novas tecnologias na manutenção da solidariedade intergeracional	41

## PARTE II - ESTUDOS EMPÍRICOS

1. Quem são as Pessoas com quem intervimos e com que objetivos?	44
1.1. Quem são os jovens emigrantes?	45
1.2. Quem são as figuras parentais que «ficaram» em Portugal?	46

2. Como foram recolhidos os dados?	46
3. Procedimentos e considerações éticas	47
4. Como foi feita a análise de dados?	48
5. Principais Resultados e Reflexões	49
5.1. Solidariedade Intergeracional em contexto transnacional	49
5.1.1. Solidariedade afetiva	50
5.1.2. Conflito afetivo	52
5.1.3. Solidariedade Associativa e Estrutural	54
5.1.4. Conflito associativo e estrutural	58
5.1.5. Solidariedade funcional	61
5.1.6. Conflito funcional	62
5.1.7. Solidariedade normativa	64
5.1.8. Conflito normativo	65
5.1.9. Solidariedade consensual	68
5.1.10. Conflito consensual	71
6. Reflexões (integrais) às narrativas	75
6.1. Reinvenção entre o digital e o presencial	75
6.2. Normas e valores à luz da integração	77
6.3. Intervenção transdisciplinar	78
PARTE III - BOAS PRÁTICAS	80
Posfácio por <i>Peter Hanenberg</i>	85
Referências	87

[...] o universo cabe todo  
numa casca de noz.  
E aí, de tão grande a simplicidade,  
nasce em teu coração  
um planeta melhor:  
eu, tu, eles, nós, voz.

SÉRGIO VAZ, *Flores de Alvenaria*



## Prefácio

Antes de iniciar este prefácio para a obra do Doutor Carlos Barros, deixem-me fazer uma declaração de imparcialidade. Conheci o Doutor Carlos Barros há cerca de um ano e fiquei verdadeiramente encantada com tamanho empenho, competência e visão, num investigador tão novo. Isto além de todas as suas qualidades humanas de solidariedade e companheirismo, tanto entre colegas como com os estudantes. É por isso um investigador emergente e promissor de que vamos certamente ouvir falar muito.

Agora a obra. Fala-nos de emigrantes e suas famílias, com o título:

### *Entre Fronteiras e Gerações: Jovens emigrantes e famílias*

Os emigrantes a que Carlos Barros alude, não são na verdade os emigrantes da minha geração. A emigração dos anos 60-70 optava sobretudo pela França, Alemanha e Luxemburgo. Na minha qualidade de prefaciante a repescar memórias, atribuo-me o direito de falar sem precisões históricas, porque na realidade eu era uma criança.

Havia emigrantes afortunados que iam de comboio (o célebre *Sud*), com garrafões e pastéis de bacalhau para a longa viagem. Os menos afortunados iam «a salto» e «sem papéis», seguramente explorados por «passadores» que tal como agora fazem com os refugiados africanos que tentam chegar à Europa, se aproveitam sem escrúpulos da miséria dos outros. Eram pessoas pouco ou nada escolarizadas, como o eram praticamente todos os pobres nos anos 60 e início dos anos 70, e vinham do Portugal profundo.

Os mais afortunados, os que iam de *Sud*, levavam a mala de cartão imortalizada pela Linda de Suza. No estrangeiro abrigavam-se à volta das grandes cidades, e organizavam-se em «Bidonvilles», Bidon/recipiente e chapa onde se abrigavam, guardavam os seus haveres, comiam e lavavam. Os emigrantes intra-europeus tinham «boa» reputação (trabalhadores, honestos e submissos) e foram celebrizados e algo romantizados por cantores como George Moustaki e Joe Dassin.

Passados uns tempos «chamavam» a família, e por lá ficavam, falando um francês ou um alemão muitíssimo reconhecível e voltando nas «vacanças» à terra onde tinham construído, entretanto, uma «maison» com as poupanças de toda uma vida. Sentindo-se cada vez mais com a sensação de não pertencer a lado nenhum, e de não ser perfeitamente aceite nem cá nem lá. Mas havia um outro tipo de emigração de portugueses em geral para os países nórdicos onde ainda agora os portugueses têm fama de intelectuais e eruditos. Eram todos os que fugiam ao regime, à guerra colonial. Esses iam a salto, embora muitos deles já estivessem na altura «do salto» inscritos em universidades em Paris, Louvaina, Amesterdão, Copenhaga ou Estocolmo.

A emigração de hoje tal como o Carlos no-la descreve, tem contornos completamente diferentes. Desde há muito que a circulação entre países se tornou mais habitual e mais fácil, tanto para se ter um tempo de lazer para si, como para explorar novos horizontes, para estudar, como para trabalhar. Às vezes corresponde a um sonho, outras a uma necessidade, às vezes é muito planeada, outras uma relação de serendipidade. Em todo o caso, não reproduzindo os perfis dos anos 60-70.

Mas agora, tal como antes, há a separação da família, uns que ficam e outros que vão, embora os que vão às vezes vão sós, outras a família nuclear que sai em conjunto, mudando de país de acolhimento múltiplas vezes, por exemplo por questões profissionais. Há também frequentemente o estabelecimento de novas famílias e uma descendência que muitas vezes já não entende os que ficam, separados pela língua e separando-se por uma cultura onde identifico três dimensões distintivas na senda de Geert Hofstede: a distância definida pelo poder, a distância definida pelo poder cooperativo e a distância definida pela propensão à intimidade e diálogo interpessoal. Isto sem incluir questões religiosas, ou de identificação política ou mesmo clubística/desportiva.

Muitos estudos apareceram, aqui revistos pelo Carlos que investigam que tipo de países, que perfil de emigrante e que características das sociedades de acolhimento facilitam ou dificultam este processo. Falamos, já não só apenas de *ghettos* e de xenofobias, mas do modo como se compatibilizam melhor culturas distintas: ignorando-se? fundindo-se? co-habitando?

O aumento da esperança de vida à nascença e a qualidade de vida na longevidade, trouxe mais umas nuances a esta questão das famílias em movimento. A questão da intergeracionalidade e da solidariedade

intergeracional quando esta se cruza com a pluralidade de origens e de destinos. Questão esta que também interessou o Carlos.

Demasiadas vezes encaramos a questão migratória, com uma lente de tolerância que me desagrade particularmente porque me parece sempre conter laivos de condescendência e benevolência assistencialista. Como nos fala Mark Granovetter, se os laços fortes (intensos e com um número reduzido de pessoas muito próximas) são importantes para a nossa sensação de pertença, enraizamento, confiança e conforto; a importância dos laços fracos (menos intensos mas com um número mais alargado de pessoas diversas) reside em nos acrescentar porque nos torna pessoas mais curiosas, abertas e flexíveis, mais propensas a entrar em dissonância e a entender outras perspectivas pelos olhos dos outros e a crescer com isso. O contacto com o «estranho» faz-nos sair da nossa zona de conforto e acrescenta-nos. Não há, pois, lugar a condescendências, mas a um profundo agradecimento!

O aumento da diversidade e das possibilidades das tecnologias de informação e comunicação e a IA vieram trazer tanta fonte de variabilidade que dificultou ainda mais modelos compreensivos. Se por um lado estas TIC são uma espécie de «universal de cultura» que assentou por todo o planeta de forma veemente e insinuante, permitindo redes de comunicação e de convívio nunca antes possíveis, também é verdade que o digital é uma fonte de iniquidade em termos de pobreza, de escolaridade, de geografia, de género, e contexto intergeracional.

O Carlos reflete de modo muito compreensivo e holístico sobre esta questão, obviamente ausente na emigração dos anos 60-70, utilizando para isso métodos qualitativos que para além dos números nos levam ao vivido das populações inquiridas em questões como o amor, a saudade, a intimidade, os afetos, a doença, a morte, os conflitos, os desafios e as estratégias para lidar com a distância.

Em boa hora a Universidade Católica Portuguesa vai publicar este livro, muito útil para os estudantes, e para o público em geral, mas especialmente importante para informar os decisores políticos para que possam cada vez mais basear na ciência (que tem à disposição) as suas decisões que impactam a vida dos cidadãos.



## Porquê este livro?

A emigração é uma constante histórica e social em Portugal, sendo que o país apresenta atualmente uma das taxas de emigração mais elevadas da Europa (Pires *et al.*, 2022). No entanto, o perfil dos emigrantes tem-se alterado substancialmente ao longo das últimas décadas. Os portugueses que emigram hoje são, em comparação com os que emigraram até ao final do século xx, pessoas com mais capital humano, com maiores qualificações e que constroem projetos migratórios baseados no reconhecimento e investimento profissional, por oposição ao que o país de origem tem para lhes oferecer para o seu desenvolvimento (Gomes *et al.*, 2015).

Embora estas novas motivações para os movimentos migratórios possam reenquadrar o processo migratório em variáveis iminentemente individuais e relacionadas com as oportunidades no país de destino, é limitativo situar este processo apenas em contextos individuais e em questões intrínsecas ao país de destino. O impacto psicossocial deste processo é de extrema importância e envolve especialmente o agregado familiar de origem em Portugal, uma vez que a família tende a ser a primeira fonte de suporte social no apoio à migração (Coimbra *et al.*, 2013), devendo ser considerado num contexto multissistémico (Gomes *et al.*, 2015; Rodrigues, 2013).

Assim, a incerteza e o risco fazem cada vez mais parte de um todo intergeracional e social em constante mutação. A diferença pode (e deve) ser o modo como estamos disponíveis a ver e acolher a realidade do «Outro», com o mínimo de barreiras e preconceitos.

Vamos tendo a consciência de quem somos e de quem está fora «da nossa pele» ao longo da vida e através das muitas experiências e dinâmicas das quais somos resultado. Assim, gostaria de contribuir para uma pequena parte deste «Eu Integral» que vê pontes em vez de muros. Para tal, irei recorrer-me de dois estudos qualitativos – com narrativas, com vozes dos intervenientes – para refletir sobre duas situações de incerteza na atualidade portuguesa que me levaram a estudos doutorais e pós-doutorais em Psicologia e em Desenvolvimento Humano Integral, respetivamente, e que questionaram:

*Quais são os riscos que os jovens adultos emigrantes enfrentam? Por outro lado, como é que o envelhecimento é vivido num país com maior gap geracional?*

Podemos, desde já, dizer que as duas gerações vivem a vulnerabilidade da incerteza como variável transversal, ainda mais se estiverem concentradas no mesmo grupo familiar, como é o caso das famílias transnacionais (por exemplo, em que há emigração de filhos/as e, simultaneamente, o envelhecimento desamparado de figuras parentais que ficam em Portugal). Porém, é também a união de forças entre gerações que permite a manutenção destas relações com mais bem-estar, fazendo com que o *gap* geracional seja reduzido.

Para que possamos (re)pensar estas dinâmicas, iremos fazer um percurso entre a teoria, estudos empíricos e boas práticas.

# PARTE I – TEORIA PARA ENQUADRAR A PRÁTICA

## 1. Estamos ligados: abordagem ecológica e sistémica

Será certamente difícil pensar o Ser Humano como unidade isolada e sem interação entre grupos que lhe são mais ou menos diretos. São muitos os teóricos nas várias disciplinas que nos alertam para o erro (e perigo) de se ver o *Eu* sem a *Cultura*, mas gostaria de o convidar a conhecer um dos meus autores preferidos: Urie Bronfenbrenner. Embora inicialmente utilizado por teóricos para estudar o desenvolvimento em crianças, acabou por se popularizar na perceção do *Eu* e do *Outro* ao longo de toda a vida.

O modelo de desenvolvimento de Bronfenbrenner (1979), concebe o ambiente ecológico social como uma série de estruturas concêntricas contendo, no seu interior, o sujeito em desenvolvimento e constantemente influenciado, direta e indiretamente, pelos diferentes níveis do ambiente que o rodeia, numa relação simbiótica e bidirecional (entre o ser humano e as propriedades dos ambientes/contextos em que se move, bem como dos contextos mais amplos que participam de alguma forma).

Com o tempo o modelo definiu-se como bioecológico, onde os processos proximais decorrem segundo quatro sistemas: microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema (Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner *et al.*, 2006).

O microsistema é o mais influente e consiste em interações diretas com outros indivíduos (Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner *et al.*, 2006). Bronfenbrenner e colaboradores (2006) sugeriram que as características de um indivíduo são moldadas por «pais, familiares, amigos próximos, professores, mentores e tutores, colegas, parceiros, ou outros que participam na vida da pessoa em desenvolvimento, de um modo relativamente constante, durante um período longo de tempo» (p. 796). No mesossistema, diferentes (micro)sistemas interagem entre si (Bronfenbrenner, 1979). No exossistema, os processos proximais incluem políticas públicas, programas sociais, impacto da comunicação social (Bronfenbrenner, 1977). O macrossistema é o sistema menos formalizado

e consiste em normas e valores culturais (Bronfenbrenner, 1977). Por fim, a dimensão do tempo – ou seja o cronossistema – constitui uma unidade de contexto essencial à análise de percepções devidamente enquadradas e foi acrescentada mais recentemente para dotar o modelo de maior precisão (Bronfenbrenner, 2005). Pode ver a seguinte imagem que exemplifica esta rede de interações:

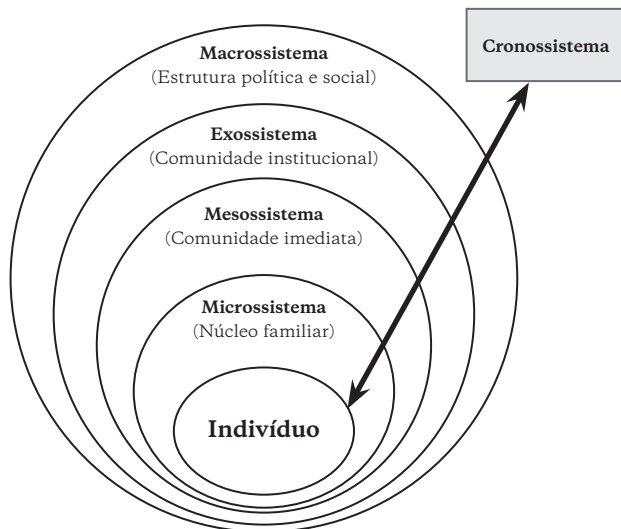


Figura 1. Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner (Adaptação)

Assim, e perspetivando o indivíduo num contexto multissistémico, é inevitável que a importância do conceito de família, quer a sua envolvente.

Importa por isto, tentar uma breve definição de família, considerando a relativização social, política, económica e cultural que tal definição acarreta para a prática.

A família é um grupo social que deve ser diferenciado de outros tipos de grupos humanos, por exemplo, de um grupo de amigos, associação empresarial, entre outros. De acordo com alguns teóricos (por exemplo, Sampaio & Gameiro, 2005), pode-se situar o sistema familiar como uma série de sistemas e interações com diferentes poderes, papéis e interseções que importa considerar em todos os contextos.

Já na segunda metade do século passado Burgess e Locke (*in* Buhler, 1962) tentavam explicar o que é uma família, indicando que é definida

pela presença de uma ou mais das quatro características: *i*) pressupõem que existe um sistema de ligação e reciprocidade mútua entre os seus elementos, tendo em conta os diferentes papéis que cada um desempenha (pai/mãe, filho/a, irmã/o, avós, entre outros); *ii*) trata-se de um conjunto de pessoas que se ligam umas às outras pelo casamento, parentesco sanguíneo ou adoção; *iii*) os seus membros vivem juntos sob um mesmo teto ou, no caso de viverem separados, consideram uma determinada casa como «lar»/espaço comum; *iv*) a família representa uma unidade cultural que funde num sistema aquilo que outros trazem das suas famílias de origem.

Estas características devem ser relativizadas quer do ponto de vista cultural, quer histórico. De facto, do ponto de vista histórico, por exemplo, as configurações familiares com diferentes estruturas e dinâmicas que mais recentemente trazem luz a vários grupos, redefinem novas fronteiras e novos papéis entre os seus elementos (Relvas & Alarcão, 2007). Tal é importante para que a ciência e a prática possam acompanhar as múltiplas formas de estruturas e dinâmicas familiares, garantindo a sua representação no espaço social e que todas as famílias (e os seus respetivos membros) tenham proteção nos seus Direitos e Dignidade de forma igual em todos os sistemas de micro a macrosociais (Gato, 2014; Maia & Fernandes, 2015; Saraceno & Naldini, 2003).

### 1.1. A (re)construção da família ao longo da vida

A família é, ao longo de todo o ciclo vital, uma importante influência que se deve ter em consideração no desenvolvimento individual e de grupo. Mas a família não é um sistema estanque, daí que entendê-la na sua plenitude implica entendê-la como uma realidade que se reconstrói no tempo e no espaço. Muitos são os processos de (re)composição que acompanham o grupo familiar, mas também os indivíduos que o compõem, e que vão adequando e modificando papéis (Relvas & Alarcão, 2007), no sentido de promover um ajustamento e bem-estar, quer individual, quer do grupo.

Assim sendo, trata-se de um grupo que tem normas de auto-organização, mas com evidentes transformações a ocorrer de forma dinâmica (Dias, 2011). São essas alterações dinâmicas ao longo do ciclo de vida que tornam a família um grupo diferenciado, com interações e interdependências específicas, mas que se assume, em todas as fases do ciclo de

vida, como uma fonte de aprendizagem e de apoio social face ao contexto (Coimbra *et al.*, 2013). Portanto, este grupo deve ser considerado num contexto multissistémico e não pode ser reduzido à soma dos seus indivíduos (Rodrigues, 2013). A dimensão espacial e temporal em que a família vai encontrando desafios molda a sua estrutura e desenvolvimento, o que alerta para a necessidade de uma visão interseccional/integral do grupo (Alarcão, 2006; Barros, 2023a). Daí que a família tenha de ser compreendida à luz da diversidade da sua composição, mas também sob a lente das múltiplas valências que intervêm num conjunto de expectativas, normas e comportamentos que são esperados de diversos elementos que podem ter intervenções diferentes (por exemplo, numa família podemos ter figuras parentais, conjugais e fraternais em interação), sendo agentes transformadores e transformantes da trajetória coletiva com diferentes poderes, pressões e desafios, por exemplo, entre pais-filhos (Martins & Szymanski, 2004).

Para além de serem um conjunto sistémico que pode aglomerar em si experiências ao longo do ciclo vital e prestar suporte nos vários processos de adaptação (Maia & Fernandes, 2015), desencadeiam também processos de crise, bem como mudanças estruturais naturais (Alarcão, 2006). As etapas devem ser consideradas como transversais desde a infância à idade adulta, e passando por todo o processo de envelhecimento, com diferentes papéis e (re)formulações da estrutura e sistema familiar (Martins & Szymanski, 2004).

Sendo assim, independentemente da abordagem mais concreta de uma outra área científica, importa realçar a visão integral que compreende a família no ciclo vital, com um olhar psicossocial.

Como refere Alarcão (2006),

«A marcação das diferentes etapas do ciclo vital tem variado consoante os autores, ainda que sejam relativamente consensuais os seguintes critérios de diferenciação: aparecimento de novos elementos e, mais propriamente, de novos subsistemas; tarefas de desenvolvimento a realizar e, conseqüentemente, mudanças funcionais e estruturais a operar; saída de elementos do núcleo familiar» (p. 110)

Estas mudanças na família não estão isentas de afetar indivíduos, gerações, subgrupos (por exemplo, filhos/as e figuras parentais), sejam relações mais ou menos próximas. Neste sentido, importa considerar

a auto-organização que cada rede familiar tem e como esta permite a aceitação de um número finito de mudanças, no processo de solidificar a coesão. Tal dinâmica pode originar crises que podem perturbar o equilíbrio interno (proteção psicossocial dos seus membros) e externo (perceção, adaptação e transmissão da cultura) (Alarcão, 2006; Amaro, 2006; Dias, 2011). Para clarificar o conceito, podemos considerar que

«Na família, a noção de crise corresponde a um período de tensão ou conflito que pode surgir periodicamente e associado ao ciclo vital da família – crise normativa – ou inesperadamente – crise acidental – como resultado de uma série de acontecimentos imprevisíveis.» (Alarcão, 2006, p. 344).

Deste modo, para além das naturais tensões e crises do grupo, que variam num *continuum* de necessidades ora internas, ora externas, ora definidas pela autonomia vs. dependência, ou mesmo pela dissonância intergeracional; a coesão do grupo diferencia-se pela adaptação temporal-estrutural, síncrona a todos os seus membros (Ortiz, 2008).

De modo breve, as mudanças estruturais (por exemplo, casamentos, divórcios), que podem criar crises normativas (ou acidentais), promovem uma constante simbiose entre os domínios psicológico e social, ligados pela comunicação (Alarcão, 2006; Walsh, 2002). Assim,

«Tendo em conta estas realidades, a família não deixa de ser um sistema e ao mesmo tempo um processo de interação e de integração dos seus membros. A comunicação é o elo de ligação que constitui condição de convívio e de sustentação de todo o sistema, baseando-se na igualdade ou na diferença.» (Dias, 2011, p. 140)

Neste contexto, a resiliência assume-se como um processo central para o desenvolvimento pessoal e da família (Coimbra *et al.*, 2013; Leme *et al.*, 2016; Walsh & McGoldrick, 2013), sobretudo num contexto que pode criar crises normativas ou acidentais como as migrações, que põem à prova a auto-organização familiar e interação entre sistemas sociais (Bronfenbrenner, 2005).

## 1.2. As famílias no processo migratório

Alguns autores (por exemplo, Fonseca *et al.*, 2005) salientam o facto do papel da família no processo migratório ter sido raramente considerado pelos teóricos das diferentes ciências que se dedicam às migrações, o que contribuiu para que um estereótipo de migrante se instalasse nas teorias explicativas do mesmo e que se concentrasse em como fatores estruturais influenciavam tipicamente o indivíduo, visto como o agente da tomada de decisão sobre o processo migratório. De acordo com vários autores (Baker & Benjamin, 1997; Boyd & Grieco, 2003; de Jong *et al.*, 2002; Massey, 1990), as famílias ganharam um novo fôlego na investigação em migrações, passando a ser reconhecidas como os principais agentes da decisão sobre o processo migratório, portanto, qualquer compreensão profunda do fenómeno deve assumi-lo «como parte de um conjunto mais vasto de estratégias de grupo que visam a sustentação e melhoria das condições socioeconómicas» (Massey, 1990, p. 4).

Num período mais ou menos alargado, a família evidencia-se como um sistema social efetivo de suporte para os seus elementos sem igual, sendo um aglomerado de recursos e capitais que cooperam entre si para o bem-estar pessoal e interpessoal (Leme *et al.*, 2016; Oliveira, 2007; Villas-Boas *et al.*, 2017).

Autores especialistas em famílias e migrações (ex.: Esteves *et al.*, 2005), sugerem que em muitas circunstâncias é útil um conceito de família abrangente e flexível, capaz de integrar elementos de dependência financeira, afetiva e psicológica, «como um todo em permanente interação com um contexto social, económico e político, local e internacional, em constante mutação» (Esteves *et al.*, 2005, p. 29). Esta unidade é considerada como tendo um comportamento adaptável, dotado de um conjunto «de estratégias flexíveis e dinâmicas que se transformam em presença de diferentes necessidades e contextos económicos» (Massey, 1990, p. 9).

Mas note-se que, mesmo as decisões tomadas num contexto familiar, não têm que resultar num benefício para todos os seus membros. As famílias integram indivíduos com diferentes interesses, motivações e atividades que, como tal, podem entrar em conflito entre si (Boyd & Grieco, 2003). É o caso de membros que estabeleceram as suas vidas noutra local, situação que obriga, por vezes, os seus elementos a um processo fluído que envolve negociações constantes e reconstituições no tempo e no espaço (Creese *et al.*, 1999; Satzewich, 1993).

Os estudos sobre os efeitos da emigração na estrutura interna familiar (para uma revisão, ver Dumon, 1989) sugerem que o papel e função das famílias na investigação em migrações pode ser examinado segundo três ângulos: o teórico, o metodológico e o empírico (ou seja, a relevância social da família na migração). Fundamental parece ser o facto de uma perspectiva teórica renovada assumir como foco de atenção também a família que permanece no país de origem, e não apenas o indivíduo, acentuando a necessidade de uma perspectiva processual sobre o fenómeno e sobre as dinâmicas familiares no contexto do mesmo (Dumon, 1989). Segundo este mesmo autor (Dumon, 1989), os estudos apontam para o facto da família: *a*) ser crucial na adaptação do indivíduo que emigra para o país de destino, quer emocional, quer financeiramente; *b*) os laços que mantém com o emigrante tenderem a consolidar-se; e *c*) ajudar o emigrante a lidar com o *stress* causado pela experiência migratória.

No geral, pode afirmar-se que a migração causa mudanças na organização e funcionamento familiar, as quais devem ser estudadas como um processo interno dentro da família e como integradas num ambiente mais complexo e vasto.

## 2. Resiliência: do indivíduo à família

A resiliência, conceito vindo das consideradas ciências exatas, foi aplicado em Psicologia e popularizou-se na investigação desta área quando Hinkle, em 1972, a aplicou à observação de pacientes em recobro de doença cardíaca coronária (Anthony, 1987). Alguns mantinham-se doentes, enquanto que outros recuperavam. O fator de diferenciação residia na forma como os mesmos experienciavam a mudança (ou não) nas relações sociais e interpessoais. As variáveis que diferenciavam os grupos assentavam na inexistência de suscetibilidades prévias e a «presença de certas características da personalidade que isolavam de experiências de vida negativas, apresentando uma “psicoimunidade” ou “invulnerabilidade” [protetora]» (Coimbra, 2008, p. 93).

Assim, emergem as características definidas por Reld em 1969 (Anthony, 1987) como resiliência do ego que compreende dois aspetos: *i*) aguentar pressões patogénicas; *ii*) recuperar rapidamente de um colapso, com um funcionamento equiparado ao prévio ou ainda superior.

O estudo e aplicação desta área foi expandindo o seu escopo ao longo das décadas, inicialmente mais conectadas com o estudo de doenças mentais (ver Rutter, 1990) e, mais atualmente, nas diversas aplicações psicossociais, já que passamos de um conceito de invulnerabilidade individual, para um processo dinâmico que tem por base uma adaptação com interação entre recursos internos e externos que agem sincronamente para modificar os efeitos da adversidade (Coimbra, 2008; Fergus & Zimmerman, 2005; Rutter, 1999; Walsh, 2020).

Assim, embora exista um diverso espectro de considerações teóricas neste tema, aquela pode ser aplicada mais interseccionalmente, citando Coimbra (2008), é de que:

«a resiliência psicológica pode ser definida como a relação entre a tensão ou pressão sofrida perante situações de adversidade e a resposta de adaptação ou ajustamento das pessoas (manutenção da forma original ou deformação). Algumas pessoas parecem dar facilmente «a volta por cima» quando enfrentam situações adversas, enquanto que outras pessoas ficam presas nos sulcos infringidos pelos acontecimentos negativos.» (pp. 90-91)

Importa, deste modo, considerar na reflexão que estamos a desenvolver, se a resiliência é: *i*) contextual/conjuntural. Isto é, uma característica dicotómica de pessoas com contextos de vida particularmente desafiantes e com adversidades extremas, sendo perfis mais raros e potenciados pelos sistemas externos (por exemplo, catástrofes naturais, instabilidade social e política; vítimas de crimes; pobreza extrema; pandemias). Ou se, por outro lado, é *ii*) estrutural/psicológica. Ou seja, uma característica contínua, mais comum que a anterior e que pertence ao desenvolvimento do indivíduo, bem como à sua adaptação ao longo do ciclo vital (Anaut, 2003; Bonanno, 2004; Coimbra, 2008). Ambas, pertencem ao domínio psicossocial, potenciando a Psicologia como disciplina integradora e aplicada às diversas situações/indivíduos.

As diversas fontes de *stress* que afetam a vida individual e familiar são sistémicas e consideram várias estruturas próximas ou distantes que podem mudar e criar crises – seja no *self*, grupo familiar, ou no contexto social (Bronfenbrenner, 2005; Walsh, 2020; Walsh & McGoldrick, 2013). Concebendo a resiliência enquanto interação interna e externa (Masten & Wright, 2009; Werner & Smith, 1992, 2001), pelo que é importante destacar os três «patamares» de mecanismos:

1. **Pessoais:** onde se incluem características como inteligência, autoeficácia, autoestima, esperança, sociabilidade, extroversão e restantes competências sociais;
2. **Familiares:** destacando a importância de relação próxima com pelo uma figura parental; estrutura e suporte do grupo; expectativas de dinâmica e processos na família; ligações à família alargada, seja qual for a mesma;
3. **Conexões sociais extrafamiliares:** onde se indica a ligação a outros indivíduos e organizações (por exemplo, escola, igreja, comunidades) que promovem oportunidades de desenvolver competências internas, sentimento de coerência e conexão do micro ao macrosistema, bem como planificação mais realista/inteirada do futuro formativo/profissional.

Os valores familiares e o sistema de crenças na unidade familiar podem ajudar a reduzir o impacto dos fatores de *stress* ao longo da vida. Por este motivo, a resiliência pode ser experienciada com interdependência dos seus membros e transmissão geracional na família.

Se, a resiliência é a simbiose entre recursos internos e externos, por motivos contextuais ou estruturais/psicológicos, que contemplam sistemas proximais e distais, também a família pode transmitir a resiliência entre gerações e nos vários subsistemas que a compõem (Atallah, 2017), como *coping* ao seu bem-estar.

Estudos mais recentes sobre trauma procuraram estudar a resiliência em sobreviventes do holocausto e nas diversas gerações familiares (Braga *et al.*, 2012), salientando a importância da transmissão de resiliência como um reportório familiar entre gerações, em famílias que estão em contextos de guerra, refugiados ou em contextos migratórios (Denov *et al.*, 2019). Segundo estes autores:

«A resiliência intergeracional é a capacidade de adaptação ou o conhecimento que foi significativamente transferido para o “reportório de recuperação” da geração seguinte, equipando-a e capacitando-a com ferramentas vitais para ultrapassar futuras adversidades. A resiliência intergeracional, à semelhança de uma herança de família, baseia-se na memória coletiva fomentada no sistema familiar, utilizando conhecimentos familiares do passado para navegar no futuro.» (tradução do autor, p. 26)

A família assume uma componente de coesão para a adaptação e sobrevivência e/ou transmissão geracional de competências e valores que podem facilitar a integração, destacando que neste contexto a família não se pode prender às configurações estruturo-espaciais mais comuns, mas sim aquelas que abrangem diversos países, culturas e vivências (Denov *et al.*, 2019; Williams & Claxton, 2017).

A resiliência pode ser assim considerada como um próprio «produto» que induz proteção da família para estabelecer bem-estar nas diversas transições quer da família, quer da sociedade em mutação e que agrega culturas e interações cada vez mais globais (Walsh, 2016; 2020), como seguidamente iremos apresentar.

### 2.1. A resiliência no contexto das migrações (e cultura)

Um ponto prévio, será o de admitir que a capacidade humana para a resiliência evoluiu ao longo de muitas gerações através da intervenção e interação de culturas, famílias e indivíduos. A resiliência individual está profundamente embutida nos legados da evolução cultural transmitidos sob a forma de ideias e práticas que influenciam as experiências dos indivíduos de várias formas, na parentalidade, conjugalidade, linguagem, educação e expectativas da comunidade (Garrido *et al.*, 2011; Hanenberg, 2018; Walsh, 2020).

Alguns literatura tem salientado a importância de reconhecer que a forma como a resiliência é compreendida e expressa varia significativamente entre contextos socioculturais, já que a resiliência só pode ser definida em contexto (Pickren, 2014). Como tal, não é possível equacionar a resiliência com um conjunto de atributos preexistentes porque é frequentemente balizada por objetivos específicos de um contexto e de uma cultura, bem como processos que a dotam de um significado específico (Panter-Brick, 2015). A esta visão não são alheias as premissas da *Teoria dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner* (1979), anteriormente abordada, que concebe as pessoas embebidas em ecologias de sistemas micro até sistemas macro. Ou mesmo, as considerações sistémicas da família (Alarcão, 2006; Dias, 2011).

De facto, alguns autores salientaram a importância da cultura na compreensão da resiliência (Masten, 2014; Ungar, 2008). No seu trabalho, Ungar (2008) examinou a resiliência entre culturas, salientando que,

mesmo quando consideramos resiliência como o processo adaptativo humano, é importante não perder a noção de que a adaptação é sempre sobre um processo que tem um tempo, um lugar e um contexto. O contexto sociocultural ou a ecologia na qual os indivíduos se inserem é vital. Este mesmo autor define resiliência como a capacidade dos indivíduos navegarem autonomamente no sentido de adquirirem e possuírem recursos de sustentação saudáveis, incluindo oportunidades de experimentar sentimentos de bem-estar e como uma condição em que as famílias, comunidade e cultura fornecem esses recursos saudáveis e experiências de forma culturalmente significativa (Coimbra, 2008).

Convergente com este racional, a investigação e teorização sobre resiliência não se tem focado unicamente no nível individual. As escolas, redes sociais e pares, foram sugeridos como factores que facilitam a resiliência individual e um corpo de trabalho substancial sobre resiliência familiar também emergiu (para uma revisão, ver DeFrain, 1999; Haan *et al.*, 2002).

Nos últimos anos, estar/viver em sociedades interculturais e globais está a tornar-se a norma. Muitas vezes os migrantes têm um entendimento diferente das relações sociais e obrigações, e trazem consigo abordagens à saúde, à educação, e às relações de proximidade significativamente diferentes dos países de destino/acolhimento e, estas mesmas práticas culturais específicas, podem funcionar como fontes de autossustentação. Essas diferenças nas práticas dos migrantes têm sido abordadas pelas ciências sociais como problemáticas e criando fragilidades. Falta, ainda, uma abordagem que se foque nos recursos culturais que os migrantes transportam com eles que lhes permitem lidar com o mundo, ajudam-nos a adaptarem-se a uma nova sociedade, e que também enriquecem o país de destino. Todos estes fatores têm importantes implicações para compreender a resiliência nos migrantes (Beiser, 2005). E também aqui poderá ser mais útil usar a família como unidade de estudo da resiliência do que o indivíduo isoladamente.

Como já referido, para as famílias, a experiência de migração é uma transição extremamente desafiante. Alguns dos fatores de *stress* mais frequentes para as famílias relacionados com as migrações envolvem perda de relações próximas, incerteza sobre a decisão de emigrar, mudanças no estatuto financeiro, perda de estilo de vida, mudança de normas culturais (Bennett & Colleen, 1997), emprego, entre outros potenciais fatores de *stress*. Apesar de serem causadores de *stress* para as famílias de migrantes,

incorporam também o potencial de escolher comportamentos apropriados de *coping* que permitam manter a família em equilíbrio, tornando o mundo mais previsível e possibilitando a gestão de crises (Antonovsky & Sourani, 1988).

Ou seja, as formas de resiliência familiar variam dependendo dos contextos socioculturais-históricos nos quais a família existe (Hawley, 2000) e a resiliência não é um construto estático baseado num conjunto de qualidades que algumas famílias têm e outras não. Como sugere Hawley (2000), é um trajeto que as famílias frequentemente «percorrem» quando lidam com desafios, sendo importante olhar para a resiliência como um processo e um recurso potencial que uma família dispõe ao longo do tempo (Hawley, 2000).

Os valores familiares e o sistema de crenças têm um papel muito importante a mitigar o efeito das transições e a mudar circunstâncias na unidade familiar. Um desafio importante para as famílias de migrantes desenvolverem práticas construtivas são as diferenças culturais com as quais se confrontam na sociedade de destino. A cultura não tem que ser estática nem uma entidade fixa, pode ser dinâmica, fluída e emergente (Hermans & Kempen, 1998). Dada esta conceptualização dinâmica, que o papel da cultura é flexível e fluído, o sentido de identidade cultural dos migrantes pode ser uma fonte de resiliência e de capacidade para negociar a adaptação e o processo de integração (Pickren, 2014).

A manutenção da identidade cultural é uma estratégia vastamente usada pelos migrantes que pode funcionar como uma forma de resiliência (Schwartz *et al.*, 2006). Contudo, o impacto da migração na identidade é complexo e não se reduz a operações simples ou lineares, podendo mesmo pôr em causa e ameaçar a identidade e o *self*.

Com o aumento da migração, vários investigadores da área da Psicologia começaram a explorar a questão das múltiplas identidades de grupo. Roccas e Brewer (2002) propuseram a teoria da identidade social complexa para representar como essas identidades de grupo se podem sobrepor e as estratégias que os indivíduos usam para variar/oscilar entre elas.

Numa revisão de literatura sobre identidade coletiva, Ashmore *et al.* (2004) articularam uma abordagem multidimensional que sintetiza uma extensa literatura sobre conceitos de identidade da psicologia social tradicional, como autocategorização, avaliação, interdependência, «*social embeddedness*» (incorporação/incrustamento social), e sugeriram

estratégias de avaliação viáveis, incluindo as narrativas, para apreender a riqueza das identidades coletivas e o desenvolvimento da identidade coletiva.

Estudos explícitos focados na resiliência, contexto da cultura, ou estudos multiculturais de resiliência, permanecem bastante limitados. Mas há sinais de uma nova vaga de investigação em resiliência que se expande e é informada pela cultura.

### 2.1.1. O caso específico das famílias transnacionais

O número crescente de indivíduos e/imigrados pelo mundo fora, associado às crescentes políticas restritivas de migração, especialmente a norte do globo, tornam a migração familiar um empreendimento difícil. Em consequência, o número de famílias transnacionais em que diferentes membros da família vivem em diferentes países e nações tornou-se um fenómeno expressivo. Não só crianças e pais são separados devido à emigração, mas também cônjuges e pais idosos ficam distantes dos seus filhos adultos.

Estudos de pequena escala que emergiram nos anos 2000 serviram para chamar a atenção para o fenómeno das famílias transnacionais (Bryceson & Vuorela, 2002). Estes estudos seguiram a mudança mais geral e alargada nos finais do século xx nos estudos em migrações, que adotaram uma perspetiva transnacional. Esta perspetiva concebe e tenta compreender as realidades migratórias como sendo compostas por relações multifacetadas, abrangendo domínios sociais, culturais, económicos e políticos, que ligam os emigrantes com as suas sociedades de origem (Levitt, 2001; Mazzucato *et al.*, 2004). Especificamente, os estudos em famílias transnacionais focam-se em como os elementos emigrados e que ficaram no país de origem experienciam e organizam as suas vidas como famílias transnacionais.

Posteriormente, emergiram estudos que utilizam questionários e inquéritos em larga escala, especialmente desenhados para recolher informação sobre a vida das famílias transnacionais, fundamentalmente focados nos pais que emigram e nas crianças que permanecem no país de origem, ao cuidado normalmente de outro membro da família alargada ou nuclear. Estes estudos analisaram os efeitos da migração em diferentes membros da família: aqueles que emigram e aqueles que ficam na origem. Os resultados têm sido diversificados e por vezes fornecem nuances aos estudos de pequena escala, indicando que não é a vida da família transnacional por si

que conduz a menos bem-estar emocional, mas também as características dos pais emigrados, tais como o seu ordenado ou estatuto legal no país de destino (Dito *et al.*, 2017), a disponibilidade das redes familiares (Donato & Duncan, 2011), o formato da família transnacional (Mazzucato *et al.*, 2015), o tipo de ausência parental (Nobles, 2011), e o ambiente escolar e familiar das crianças que são «deixadas para trás» (Wen & Lin, 2012). Há diferenças notáveis nos resultados obtidos por estas análises de larga escala.

Algumas das diferenças encontradas nos resultados entre estudos podem ter a ver com as especificidades dos contextos de estudo (Jayasundere *et al.*, 2015; Mazzucato, 2011; Poeze & Mazzucato, 2014). Contudo, as diferenças nos indicadores usados e a variedade de métodos empregues podem também ser a fonte de algumas diferenças entre os resultados dos estudos.

Neste sentido, torna-se fundamental que a investigação em famílias transnacionais continue a procurar evidência cumulativa que aponte para a convergência de resultados e com isso promova a maior compreensibilidade das dinâmicas que envolvem estas famílias, já que fornecem as redes de laços de interdependência que beneficiam as várias gerações que dela participam, influenciando o ajustamento interno e externo, promovendo o bem-estar ao longo da vida em diversas situações de ajustamento, onde a migração de um ou mais dos seus elementos não é exceção (Bengtson & Oyama, 2007; Coimbra *et al.*, 2013).

Neste sentido, nos próximos capítulos serão abordados o conceito de solidariedade e, especificamente, de solidariedade intergeracional, assim como os enquadramentos teóricos e seus desenvolvimentos. Mais uma vez, a uma discussão inicial e mais abrangente dos conceitos, propõe-se a sua abordagem mais específica e circunscrita a um contexto particular que é o das famílias transnacionais portuguesas.

### 3. Solidariedade

A Solidariedade começou por ser conceptualizada no âmbito da Sociologia por Durkheim, no século XIX, tendo-se posteriormente ampliado como constructo em análise em várias Ciências Sociais. De forma transdisciplinar, é apresentada como uma união de interesses, objetivos ou simpatias entre membros de um grupo. Tal sinergia contribui para a integração da

sociedade e previne a anomia que resulta da luta pela individualização e autonomia (Coimbra & Mendonça, 2013).

A questão da pertinência do estudo da solidariedade, e o crescente interesse no conceito, não é alheia à questão do envelhecimento no mundo, no qual as pessoas vivem mais tempo e, por isso, existem novas exigências de manutenção de saúde e de suporte económico que se tornam emergentes. Este é um desafio económico e social que praticamente todas as sociedades atuais se estão a confrontar com ou terão que encarar proximamente (Altman & Shactman, 2002). Tornou-se evidente que, à medida que a esperança de vida aumenta, o número de gerações dentro de cada família aumenta, enquanto o número de pessoas em cada geração decresce consistentemente (Antonucci *et al.*, 2007).

Corroborando o indicado no início do século por Bengtson e colaboradores (2003) e que se espelha nos dias de hoje, o envelhecimento e a maior esperança de vida estão a transformar a estrutura de idade das sociedades de um triângulo para um retângulo. Esta transformação revela que a proporção de crianças, jovens, pessoas de meia-idade e idosos será rápida e aproximadamente a mesma. Mais, com o contínuo declínio da fertilidade e rápido crescimento dos grupos idosos, a estrutura da idade da população tornar-se-á eventualmente um polígono, com uma base mais estreita e um topo mais largo.

O aumento da consciencialização de que, no mundo ocidental, existe um maior número de pessoas que vivem até mais tarde, mas que podem existir menos pessoas disponíveis para os cuidados necessários que daí resultam, tornou premente considerar as atitudes e comportamentos quanto ao idadismo e à cooperação com a rede mais imediata: a familiar (Albert & Ferring, 2013, 2018). Tais preocupações também se verificam na criação de várias redes de suporte intergeracional que auxiliem ao longo de todo o ciclo de vida, sobretudo nas etapas em que podem surgir desafios ao ajustamento, como é o caso da transição para a vida adulta ou para a reforma, enquanto momentos de particular adaptação psicossocial (Hammarstrom, 2005; Mendonça & Fontaine, 2013; Villas-Boas *et al.*, 2017).

### 3.1. Solidariedade intergeracional

A solidariedade, inicialmente macroestrutural e social, ganha contornos mais aplicados aquando do aumento do interesse pelo estudo das relações e vínculos de desenvolvimento entre gerações, em particular das relações verticais no sistema familiar. Concretamente, contribuíram como principais fatores: o aumento do envelhecimento das sociedades ocidentais (aumento da esperança de vida e decréscimo da natalidade); maior heterogeneidade de formas familiares; maior mobilidade, incluindo as migrações, como possibilidade de ascensão ou exclusão social; coabitação mais prolongada entre pais e filhos; aumento de mulheres no mercado laboral; adicionalmente, a maior extensão do período em que são estabelecidas relações intergeracionais, já que existe contacto entre mais gerações e importa equacionar e dar lugar às expectativas sobre a participação geracional (Bengtson *et al.*, 2003; Coimbra *et al.*, 2013).

Em contexto familiar e intergeracional, este constructo traduz-se numa eminente relação de empoderamento e no sentimento de segurança e apoio (Binstock, 2005), bem como em alterações no sentimento de segurança face às promessas não cumpridas pela globalização, no que toca à coesão e crescimento económico. A cooperação entre gerações torna-se culturalmente assimilada, capacitada pelos elementos em idade ativa e criam-se estreitas relações de entreaajuda para com os trabalhadores seniores, bem como idosos e crianças (Bengtson *et al.*, 1991).

Alguns autores sugerem que poder-se-á entender a família e as respetivas relações de solidariedade num quadro de estruturas (Coimbra, 2008; Rodrigues, 2013), sobretudo: (i) as de oportunidade, onde enquadrámos o que são os recursos e oportunidades percebidos para a solidariedade; (ii) de necessidade, que são geralmente financeiras, ou de apoio funcional (por exemplo, casos de doença ou incapacidade), ou ainda emocionais, de onde se destaca a importância do reconhecimento, da validação, dos conselhos e da companhia, como valores que promovem a manutenção ou tensão perante os elementos (Silverstein *et al.*, 1996; Swartz, 2009). Adicionalmente, as estruturas (iii) familiares variam de acordo com o seu tamanho e composição, podendo alterar as normas e papéis esperados por cada elemento que compõe o grupo familiar, bem como as (iv) culturais-contextuais, que ditam de que modo a família se ajusta conforme o contexto de proteção ou exposição determinado pelo contexto macro, nomeadamente as políticas sociais para a família. Por

exemplo, famílias em contextos mais protetores para com os cuidadores, conduzem a mais estabilidade e percepção de menor conflito (Swartz, 2009; Wang, 2011).

### 3.2. Uma lente para ver melhor: Teoria da Solidariedade Intergeracional de Bengtson

O paradigma da solidariedade intergeracional representa um esforço para conceber as relações familiares na idade adulta e para desenvolver uma teoria sobre diferenças entre díades de pais-filhos nessas relações.

Nesta proposta, as famílias são concetualizadas como redes de relações de interdependência, caracterizadas por dimensões comportamentais e emocionais que estão associadas à interação e suporte mútuo entre familiares de diferentes gerações: avós, pais e filhos (Bengtson & Mangen, 1988; Lowenstein, 2007).

A solidariedade intergeracional é concebida como multidimensional, integrando seis dimensões distintas (Bengtson & Oyama, 2007) a saber: (a) afetiva, onde se enquadram os sentimentos e satisfação com os laços afetivos; (b) associativa, que nos remete para o tempo e frequência de contacto entre elementos de várias gerações; (c) consensual, que diz respeito à proximidade de opiniões, valores e orientações entre gerações; (d) funcional, que se refere ao receber e dar suporte; (e) normativa, que dita as expectativas referentes às obrigações filiais e parentais, bem como as normas da importância familiar; e, (f) estrutural, refletindo a proximidade geográfica entre os membros da família que pode estar na base da interação entre gerações (Bengtson & Schader, 1982; Roberts *et al.*, 1991). Cada uma destas dimensões foi empiricamente testada e demonstrada como distintiva (ortogonal) e como representando a dialética que varia entre elevada vs. baixa preponderância da dimensão.

Análises subsequentes sugeriram que as seis dimensões refletem duas dimensões subjacentes: (a) estrutural-comportamental (que inclui a associativa, funcional e estrutural), e (b) afetiva-cognitiva (que inclui a afetiva, consensual e solidariedade normativa (Roberts & Bengtson, 1990), mas continuando a dar relevo à interpretação por dimensões proposta por Bengtson e Oyama (2007).

A investigação subsequente demonstrou as várias vantagens do modelo. Por exemplo, foca-se na coesão familiar como uma importante

componente das relações familiares, particularmente para fortalecer o bem-estar psicológico na idade idosa (Lawton *et al.*, 1994), e até, ao longo da vida (Silverstein & Bengtson, 1991). Igualmente, enfatiza que as relações intergeracionais são multidimensionais (Silverstein & Bengtson, 1997).

O enquadramento da solidariedade permaneceu num paradigma dominante por algumas décadas. Contudo, alguns académicos levantaram questões sobre a possibilidade do modelo ser normativo (ou seja, apontar mais para como as relações familiares devem ser do que para como elas verdadeiramente são). O termo solidariedade, ele próprio, aponta para consenso, embora haja obviamente aspetos não consensuais nas relações familiares. Os críticos argumentaram que o modelo de solidariedade continha por isso implicações normativas que facilmente conduziam a idealização (Marshall *et al.*, 1993). Alguns argumentaram que o modelo não considera o conflito, nem fornece qualquer *insight* sobre relações intergeracionais conflituosas (Lüscher & Pillemer, 1998). De facto, nem todas as relações intergeracionais revelam níveis elevados de proximidade emocional. Alguns autores encontraram que uma em cada cinco relações se caracterizavam por conflito ou distanciamento significativo (Clarke *et al.*, 1999). A diversidade e a complexidade são características inerentes às redes familiares entre gerações.

Por outro lado, apesar das evidências que mostram que as dimensões da solidariedade são válidas para estudar a força das relações intergeracionais em famílias (Bengtson & Roberts, 1991), outras investigações revelaram que estas dimensões de solidariedade não são totalmente capazes de explicar as evidências encontradas (por exemplo, não eram complementares e não formavam entre si uma escala unitária). Este impasse teórico foi ultrapassado pelo acréscimo do conflito como uma dimensão fundamental do paradigma de solidariedade-conflito.

### 3.3. Conflito intergeracional

O modelo intergeracional provou ser adaptável a inovações nos métodos e desafios teóricos, e os investigadores modificaram o paradigma nos anos 80 para se tornar o modelo da solidariedade-conflito, que incorpora conflito e considera os possíveis efeitos negativos da solidariedade (Silverstein *et al.*, 1996). Estes desenvolvimentos adaptaram-se, assim, para

incluir o conflito e os efeitos negativos nas relações familiares, no sentido de refletir os desenvolvimentos empíricos e teóricos nos estudos sobre família (Bengtson *et al.*, 2002; Katz *et al.*, 2005).

Nas sociedades atuais, as famílias são percebidas como um território no qual não existem apenas relações emocionais próximas, mas também relações conflituosas e ambivalentes (Antonucci, 2001; Lowenstein, 2007). Presume-se que os pais mais velhos serão autônomos e independentes o máximo de tempo possível, e há menos vontade entre ambos, pais mais velhos e filhos adultos de viver juntos. Estes vários elementos introduzem um certo grau de instabilidade nas relações interpessoais (Phillipson, 2003).

Ao desenvolver o modelo de conflito intergeracional, Bengtson e colaboradores (por exemplo, em Clarke *et al.*, 1999) alinharam-se com este racional e argumentaram que o conflito é um aspecto normal das relações familiares, que afeta a forma como os membros da família se percebem uns aos outros, e que, conseqüentemente, afeta a sua vontade de se ajudarem uns aos outros. Solidariedade e conflito não representam um contínuo único de solidariedade elevada a conflito elevado. Por isso, as relações familiares podem exibir ambas elevada solidariedade e elevado conflito, ou baixa solidariedade e baixo conflito, dependendo das dinâmicas familiares e das situações (Lowenstein, 2007).

O conflito pode ser um sintoma de que existem assuntos que não foram resolvidos, mas não tem que causar a deterioração das relações, podendo, na verdade, aumentar a qualidade das relações (Schwarz *et al.*, 2005). Deste modo, a solidariedade e o conflito não se situam em extremos opostos de um contínuo desde a elevada solidariedade até ao elevado conflito. Antes, pelo contrário, as relações podem conter elevados índices de ambos, sendo tanto a solidariedade quanto o conflito a base de construção de dinâmicas horizontais e verticais na família (Schwarz *et al.*, 2005).

Tal é particularmente relevante porque os membros da família de diferentes gerações, não só desempenham papéis diferentes no contexto microssistémico, como têm que articular esses papéis com as exigências e desafios impostos pelas alterações macroeconómicas. De facto, dado o elevado contexto de diversidade cultural, em especial aquele que as famílias transnacionais experienciam, a literatura desafia-nos a pensar no tema considerando variáveis espaciais, tais como a perceção de pertença ao espaço regional, nacional e internacional (Dykstra & Fokkema, 2011).

Neste âmbito, Bengtson e Oyama (2007) indicam, sobretudo, a necessidade de se refletir sobre as dicotomias mais evidentes nas suas dimensões: na funcional, a tensão da autonomia vs. dependência; na estrutural e associativa, as dicotomias entre oportunidades vs. barreiras, bem como a integração vs. isolamento; na afetiva, a intimidade vs. distância; na consensual e conflito, a concordância vs. discordância; e na normativa, o familismo vs. individualismo. Tal reveste-se de interesse, porque permite analisar contextos que desencadeiam transformação de ciclos de vida, como o caso das migrações.

Ao formularem o modelo de solidariedade-conflito, Bengtson e Silversstein alinharam-se também com um grupo de teóricos contemporâneos que viram as relações conflituantes como um importante elemento para compreender o envelhecimento como parte de um sistema de estratificação de idades, no qual as relações entre diferentes grupos etários são baseadas não apenas em normas de reciprocidade ou igualdades nas trocas. Estas revisões do modelo de solidariedade, que foi desenvolvido como um modelo indutivo, exemplificam também o processo científico de construção de uma teoria que aspira a construir conhecimento cumulativo e usa o teste empírico como um meio de avaliar a utilidade de um modelo ou teoria (Katz *et al.*, 2005).

### 3.4. Entre Conflito e Negociação: a Ambivalência Intergeracional

A investigação prévia já tinha desvendado o conflito entre pais idosos e os seus filhos adultos como causado pela mudança de estatuto de ambos ao longo do ciclo de vida, e como sendo influenciada por transformações do mesmo; inclusive, por variáveis reflexo de mudanças sociais e macroeconómicas. A teoria da ambivalência foi introduzida nesta área das relações intergeracionais para estudar a relação entre membros de família no âmbito sociológico (Connidis & McMullin, 2002; Lüscher & Pillemer, 1998). De acordo com a teoria, a ambivalência é descrita como os sentimentos mistos de ambas as emoções positivas e negativas dirigidas para os mesmos objetos relacionais (um exemplo clássico: Freud, 1913).

De facto, Lüscher e Pillemer (1998), notaram que o termo ambivalência tinha uma história relativamente longa na área da Psicologia – quer na psicoterapia, quer na investigação sobre atitudes em relações próximas

– e que, no campo da sociologia, refletia abordagens pós-modernas sobre a família. Estes autores argumentaram que o conceito de ambivalência deveria ser o tópico essencial no estudo das relações intergeracionais, porque «as sociedades e os indivíduos inseridos nas mesmas são caracteristicamente ambivalentes sobre as relações entre pais e filhos na idade adulta» (Pillemer & Luescher, 2004, p. 6). Em suma, descreveram a ambivalência intergeracional como as contradições irreconciliáveis que operam ao nível socioestrutural e individual e que influenciam a experiência de emoções mistas nas relações entre pais e filhos adultos.

De acordo com Pillemer e colaboradores, a experiência de relações intergeracionais é intrinsecamente ambivalente (Pillemer & Luescher, 2004; Pillemer & Sutor, 2002; 2005). Ou seja, as dinâmicas das relações intergeracionais entre adultos, em vez de operarem numa base de afeto, assistência, apoio e solidariedade, ou estarem sob ameaça de conflito ou dissolução, funcionam e são geridas no dia-a-dia no meio de contradições e dilemas sociológicos e psicológicos. Os mais diversos grupos de investigadores têm argumentado que, nos anos mais recentes, para compreender a qualidade das relações pais-filhos, os estudos têm que começar a incorporar ambos, elementos positivos e negativos num mesmo estudo (Bengtson *et al.*, 2002; Connidis & McMullin, 2002; Fingerman *et al.*, 2004; Lüscher & Pillemer, 1998; Wilson *et al.*, 2003).

Os relacionamentos alteram-se com a idade e resultam em mudanças de poder e dependência dentro da família. Esta mudança e desequilíbrio conduz a ambivalência nas perceções entre membros da família (Wilson *et al.*, 2003). De acordo com Lüscher e Pillemer (1998), estas mudanças correspondem a transições de estatuto. De facto, na sua investigação, estes tipos de transições resultam em ambivalência na relação entre pais e filhos porque elas alteram os contrastes de poder e dependência na família. Walker (1994) estudou a relação entre mães idosas e as suas filhas adultas, evidenciando que o vínculo entre ambas pode facilmente tornar-se uma luta bilateral complexa de dependência e autonomia. Fornecer cuidados a um pai aumentou a ambivalência entre o filho fornecedor de cuidados e o pai recipiente dos mesmos cuidados (Lowenstein, 2007). Os dados empíricos mostram que este novo equilíbrio entre poder e dependência, não só afeta as relações como a estrutura de papéis na família. O conflito de papéis tem sido estudado como uma das razões que causa tensões nas relações entre pais e filhos (Connidis & McMullin, 2002, Lowenstein, 2007). Nestes estudos, quando um membro da

família possui dois ou mais papéis, pode sofrer exigências e expectativas conflitantes. Para além disso, estudos quantitativos baseados na teoria da ambivalência têm sido efetuados para compreender a coexistência de relações familiares e conflito entre pais mais velhos e os seus filhos adultos. A ambivalência mostra estar negativamente correlacionada com saúde mental, satisfação com a vida e bem-estar da população idosa (Bengtson *et al.*, 2002; Lowenstein, 2007; Pillemer & Suito, 2002).

Em suma, juntamente com a natureza prolongada das relações pais-filhos, as tensões estruturais entre a autonomia e a independência, e as diferenças marcantes no desenvolvimento durante o curso da vida, o estatuto, características de socialização de grupos etários e papéis de género, dão origem também a ambivalência intergeracional ao longo das vidas familiares.

Incorporando a perspectiva da vida ao longo do tempo, os teóricos da ambivalência passam a ter em consideração as influências históricas e estruturais que formatam as relações intergeracionais ao longo do tempo (Connidis & McMullen, 2002; Lüscher & Pillemer, 1998). E, ao contrário das perspectivas isoladas de solidariedade e conflito, a abordagem da ambivalência passa a reconhecer a interação fluída entre a solidariedade e o conflito nas relações intergeracionais dentro da família.

#### 4. Novas Tecnologias para dinamizar relações

##### 4.1. A sociedade da informação e da comunicação e o uso dos novos meios tecnológicos

Atualmente, nas sociedades ocidentais, é praticamente impossível viver sem o recurso às novas tecnologias, daí que seja quase impossível estudar o desenvolvimento cultural de sociedades e populações sem ter um conhecimento sobre o uso das tecnologias de informação. Como sugerem alguns autores (Matusitz & Musambira, 2013), com os processos rápidos de globalização, estudar o desenvolvimento cultural e as mudanças tecnológicas deixou de ser uma opção para passar a ser uma necessidade. As sociedades contemporâneas são, por isso, sociedades da informação e da comunicação que se caracterizam por uma:

«[...] explosão informadora, caracterizada sobretudo pela aceleração dos processos de produção e de disseminação da informação e conhecimento. Ela caracteriza-se pelo elevado número de atividades produtivas, que dependem da gestão de fluxos informadores, aliado ao uso intenso das novas tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).» (Mateia, 2018, p. 44)

No mesmo sentido, Matusitz e Musambira (2013) referem que o uso das novas tecnologias não pode ser dissociado do processo de globalização, sendo que potenciam o contacto com diferentes geografias. Assim, o uso dessas tecnologias potencia novas formas de contacto inter e transcultural, levando a que a diferença existente entre o *Global* e o *Local* se esbata nas sociedades atuais (Ganito, 2018; Barros & Ganito, 2024). Tal acontece por uma transformação não apenas societal, mas também através do uso da tecnologia em diversos contextos, levando a que se origine uma nova comunidade ligada pela informação (Mateia, 2018).

Além disso, o uso massivo da Internet modifica a forma como comunicamos uns com os outros. Tal como salienta Ferreira (2009, p. 141): «O crescimento muito rápido de um meio de comunicação provoca grandes mudanças na forma como comunicamos.»

O uso das novas tecnologias de Informação e Comunicação teve uma rápida expansão muito devido à proliferação de pacotes de banda larga de Internet, que facilitaram o contacto com o mundo virtual de modo praticamente ilimitado. Esta situação levou a que muitas pessoas se socorressem das novas tecnologias de comunicação de forma mais barata e acessível (por exemplo, videochamadas). De acordo com Mateia (2018):

«Nesta sociedade [da informação] usa-se com frequência os meios de comunicação eletrónicos e digitais, tais como: o telemóvel, o smartphone, o computador, o tablet, entre outros; permitindo, assim, às pessoas informarem-se e estarem em contacto permanente umas das outras, mesmo aquelas que se encontram cada vez mais distantes geograficamente, estão cada vez mais próximas através destes meios.» (p. 45)

O uso massivo da Internet e dos meios tecnológicos veio, também, encurtar a nossa perceção do tempo:

«Uma outra mudança oriunda deste avanço tecnológico ao nível das comunicações é o facto de antigamente as ideias, e mesmo as tecnologias, demorarem anos, décadas e até séculos a serem difundidas por todo o mundo, enquanto que hoje em dia, com a internet, esse espaço de tempo foi reduzido para minutos ou até segundos. Através dos novos meios de comunicação, uma notícia consegue chegar a todo o mundo num instante.» (Ferreira, 2009, p. 144)

Torna-se incontornável, assim, falarmos do aparecimento e expansão das redes digitais em contexto familiar e em Portugal.

#### 4.2. Novas tecnologias de comunicação em famílias transnacionais

Como as novas tecnologias de comunicação continuam a expandir-se e a oferecer inúmeras possibilidades de conexão, é necessário pensar a sociedade como um conjunto de sistemas que estão interligados entre o presencial e o digital, onde a informação e a presença podem transitar por estas duas dimensões (Potter & McDougall, 2017). Assim, torna-se importante estudar a potencial transferência destas práticas em contextos familiares transnacionais (Barros, 2023), uma vez que as migrações se situam num sistema dinâmico de cuidados e apoios que se flexibiliza cada vez mais à medida que se adapta ao contexto global (Baldassar & Merla, 2014).

No contexto específico de Portugal, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a utilização das tecnologias de comunicação aumentou na última década: no período entre 2012 e 2022, o número de utilizadores fixos (assinantes de Internet) aumentou de 2 314 494 para 4 057 223 (Pordata, 2023a). Globalmente, no ambiente doméstico/para uso pessoal, a taxa de utilização da Internet de banda larga aumentou de 59,7% para 84,6% na última década (Pordata, 2023b). É também importante considerar o acesso por faixa etária. Os grupos que mais aumentaram a utilização da Internet para fins pessoais foram sobretudo as pessoas com idades compreendidas entre os 45 e os 74 anos. Os restantes segmentos etários registaram aparentemente um menor crescimento, mas a sua utilização está muito associada à necessidade de adaptação digital em ambientes profissionais e/ou educativos (Pordata, 2023c).

Os estudos sobre famílias transnacionais destacam o impacto de variáveis sociodemográficas, como o género e a idade, nos movimentos

migratórios, com uma intersecção de preconceitos e limitações para grupos em maior vulnerabilidade – como as mulheres mais idosas, que sofrem elevadas expectativas de serem cuidadoras, já que as migrações são mais estudadas a nível individual e na perspetiva de homens migrantes não cuidadores (Christou & Kofman, 2022). Este desafio interseccional continua quando o objetivo é compreender a presença de ecossistemas digitais capazes de viabilizar o acesso à informação e desenvolver boas práticas em meios digitais (Llic, 2020).

A literatura em presença digital (Ganito, 2018; Dubrova *et al.*, 2021), aponta para a diversidade de formas digitais e para a mudança no acesso de acordo com variáveis como aspetos sociodemográficos, destacando questões relacionadas com grupos socioculturais mais vulneráveis (por exemplo: idosos, mulheres) e níveis socioeconómicos (por exemplo: o menor estatuto económico está associado a acesso mais restrito a dispositivos). Tem sido sugerido que a utilização de redes sociais pela população idosa funciona como um elo de ligação para prevenir o isolamento (Roberto *et al.*, 2014). Como tal, esta questão tem particular relevância no contexto português, dada a elevada taxa de envelhecimento e o elevado número de famílias transnacionais com características e vulnerabilidades heterogéneas (Barros & Hanenberg, 2024). Especificamente no contexto de um projeto migratório, não só o formato das ligações entre os membros da família sofre transformações, como essas ligações são também reconfiguradas.

No entanto, também existem autores que nos alertam para outras considerações do uso digital em contexto familiar. Thomazini e Goulart (2018) salientam o carácter pernicioso do uso massivo das novas tecnologias de informação para o ambiente familiar, nomeadamente diminuindo a comunicação direta, mas promovendo um canal de comunicação entre os seus elementos. Torna-se necessário pensar na importância que estas ferramentas têm nas famílias que, por razões de ordem económica, escolar ou outras, se encontram afastadas do ponto de vista geográfico. As novas tecnologias de informação e comunicação têm especial importância na diminuição da distância física: «Sabe-se que, as mudanças com o aparecimento das tecnologias, foram grandes e positivas para a sociedade, em relação à comunicação, ligação e convívio social.» (Oliveira, 2015, p. 78). Ferreira (2009) destaca ainda a importância da Internet para os emigrantes portugueses ligando-os à sua cultura de origem e família:

«A emigração, característica da atualidade, tem originado novos emigrantes que são “espectadores desterritorializados” (Appadurai, 2004), uma vez que estes cada vez mais recorrem aos meios de comunicação de massa para manterem o contacto com o país e a cultura de origem.» (p. 141)

No mesmo sentido, Bacigalupe e Parker (2016, p. 99) referem que «embora as TIC não aumentem necessariamente o desejo do imigrante ter a presença da pessoa querida, ela de facto ativa o desejo por uma conexão».

Grande parte da comunicação intercultural é feita a partir da Internet, sendo através dessa plataforma que se criam formas de contacto, já que «a internet pode ser entendida como uma zona de contacto por ser um meio facilitador do contacto entre culturas diferentes e geograficamente distantes, e que de outra forma dificilmente seriam culturas em contacto» (Ferreira, 2009, p. 146). De facto, «os novos meios de comunicação de massa conferem-nos uma capacidade quase ilimitada para comunicar, até as distâncias geográficas e culturais já podem ser atenuadas perante tecnologias como a internet [...]» (Ferreira, 2009, p. 141).

Neste contexto, o uso dos meios tecnológicos desempenha um importante papel na manutenção das dinâmicas familiares, principalmente naquelas que estão em países diferentes. De acordo com Bacigalupe e Parker (2016, p. 98), «a informação deve fluir através da família, para que ela seja partilhada de modo significativo, avaliada, compreendida e utilizada». Já McDevitt e Butler (2011) acentuam o papel transformador destas novas tecnologias, que alimentam com novos *inputs* o sistema familiar.

Para se perceber a importância dos meios tecnológicos na gestão da distância física entre culturas e famílias separadas geograficamente, deve-se ter presente que o uso desses meios está intimamente relacionado com as gerações, pois: «[...] os relacionamentos transnacionais da geração do milénio são, provavelmente, distintos dos relacionamentos parentais, uma vez que as tecnologias emergentes garantem aos jovens uma autonomia para controlar as conexões que fazem com seus pais.» (Bacigalupe & Parker, 2016, p. 99) Porém, o facto é que as famílias transnacionais beneficiam das novas tecnologias para se aproximar do *Outro*, quanto mais não seja no plano virtual. É na procura da presença, ainda que de forma virtual, que se percebe um desejo de ligação entre membros distantes da

família – e que, atualmente, é facilitado pela emergência das novas tecnologias (Baldassar & Merla, 2014).

#### 4.3. Contributo das novas tecnologias na manutenção da solidariedade intergeracional

A solidariedade intergeracional em famílias transnacionais verifica-se como um contexto específico e particular no que concerne à forma e frequência de contacto que servem de base à interação para as gerações. Senyürd e Detzner (2008), verificaram que existem diferenças entre as narrativas de emigrantes com figuras parentais a residir no país de origem e as das famílias (re)unificadas. Tais diferenças manifestam-se em todas as dimensões da solidariedade intergeracional, mas com destaque para as dimensões estrutural, associativa e também funcional. As relações são percebidas, pelos emigrantes, como elementos enriquecedores da sua experiência, mas também como pontos de criação de percepção de contradição e paradoxo, originando uma relação de conflito entre pais-filhos. Senyürd e Detzner (2008) indicam que:

«Devido a mudanças na solidariedade estrutural (por exemplo, a proximidade física entre os membros da família), na solidariedade associativa (por exemplo, a frequência da interação entre os membros da família) e na solidariedade funcional (por exemplo, a frequência da troca intergeracional de assistência), os participantes vivenciaram um certo grau de contradição ou paradoxo nas relações intergeracionais com seus pais.» (p. 7, tradução do autor)

Deste modo, as famílias podem experienciar diferentes níveis de desafio no seu ajustamento (Mandayam, 2004). No entanto, a solidariedade é amplamente alterada pela frequência e tipos de contacto, sendo, neste caso, as novas tecnologias de comunicação um elemento interveniente que deve ser entendido como parte dos rituais e rotinas.

Baykara-Krumme & Fokkema (2019) indicam-nos que, contrariando as visões mais clássicas de suporte intergeracional, em que os movimentos seguiriam um sentido *bottom-up*, a solidariedade é antes bidirecional, embora se considere as diferentes necessidades de suporte em diferentes regiões. Coimbra *et al.* (2013), alertam-nos para a necessidade de se

considerar o sul e o norte da Europa como exemplos de suporte que podem variar na sua generalidade, também dada a presença de valores mais pela família e de interdependência. No entanto, no sentido bidirecional e interativo, é importante considerar as dificuldades/facilidades de utilização dos instrumentos tecnológicos, já que, segundo Hărăguș e Telegdi-Csetri (2018), os desafios geracionais na adaptação tecnológica são diferentes, devendo ter-se em atenção que as gerações mais idosas recorrem mais a chamadas telefônicas, enquanto que as mais jovens – que utilizam os recursos tecnológicos em mais domínios das suas vidas – fazem recurso a meios multimédia que permitem a inclusão de imagem que facilita a interação com as famílias, mas sobretudo com as suas figuras parentais.

Em todas as situações, as visitas/reuniões familiares, mesmo que apenas com motivos pontuais de celebrações, continuam a ser um ponto importante de reforço de coesão familiar, onde se potencia a própria solidariedade intergeracional (sobretudo nas dimensões funcionais e associativa), o que leva a manutenção de dinâmicas virtuais à distância mais funcionais e com menos *stress* (Nedelcu & Wyss, 2016). Esta comunicação virtual, por sua vez, acaba por reforçar a dimensão afetiva da solidariedade, já que acaba por mediar a presença e co-presença da família no acompanhamento da experiência migratória (Baldassar & Merla, 2014).

Verifica-se, assim, que as novas tecnologias permitem novas formas de intimidade, permitindo reduzir o isolamento proveniente da distância geográfica à família e rede no país de origem e destino (Brown, 2016; Share & Kerrins, 2018). Destas formas de intimidade, resulta também alguma dificuldade em acompanhar momentos considerados como importantes e que, dependendo apenas da vontade de partilha dos elementos que vivem num outro país – aquando dos contactos usando tecnologias – faz com que os emigrantes se sintam em tensão por deixarem de poder controlar o que pode estar a acontecer na vida dos seus familiares (Senyürd & Detzner, 2008). Tal elemento, faz com que os dois lados (figuras parentais e filhos/as) possam entrar numa espiral de evitamento que reduz o bem-estar na experiência migratória. Tal situação acaba por ser parcialmente resolvida com o acordo informal de partilha apenas de elementos bons das suas vivências, evitando-se expor desafios/vivências em que não seja possível a outra parte ter controlo ou ajudar (Faist, 2004). Em todo o caso, a evidência do envelhecimento da geração ascendente, bem como a potencial necessidade de cuidados diretos, leva a que os emigrantes possam experienciar de forma mais desafiadora a ambivalência-conflito, já que os

coloca na evidência de decisão de retorno, não devidamente planejado, ao país de origem.

Por sua via, estas novas formas de comunicação revertem-se na forma mais funcional de acompanhar e prestar suporte a familiares que vivem à distância (Fingerman *et al.*, 2004; Senyürd & Detzner, 2008; Share & Kerrins, 2018) e remetem-nos para a necessidade de se compreender a comunicação e dinâmica intergeracionais de forma multidimensional.

## Parte II – Estudos empíricos

Nestes estudos que a seguir apresento, recorreremos (eu e a minha equipa de investigação) à recolha de dados através da análise qualitativa, uma vez que procuramos aceder ao conhecimento da interação social que, devidamente ancorado na revisão da literatura e consciente da multiplicidade das interações humanas, explora significados para o processo de interpretação da interação social aos quais iremos acrescentar conhecimento (Charmaz, 2009; Ratner, 2002).

Para avaliar as interações analisadas e exploradas neste trabalho de integração das dinâmicas individuais e sociais, é necessário enquadrar o trabalho num paradigma de compreensão das interações e padrões (Holloway & Todres, 2003; Silverman, 2005) como prismas de uma verdade coletiva com várias perceções de interação individual (Birks & Mills, 2011).

Para estudar a perceção das experiências, significados e expectativas numa perspetiva construtivista, optámos por um paradigma pós-positivista, com análise temática baseada em categorias *a priori* e *a posteriori* (Birks & Mills, 2011; Charmaz, 2009; Guerra, 2006).

1. Quem são as Pessoas com quem intervimos e com que objetivos?

Durante estes estudos que abaixo se apresentam, foi sempre central entender como é que quer os emigrantes, quer as famílias que «ficam» em Portugal vivem a dinâmica de solidariedade entre gerações. Concretamente:

*Como é que reassignificam a sua perceção do espaço onde vivem? Como é que mantêm relações com pessoas em outro país, mas que são familiares próximos? Como é que o contexto digital tem interferência no modo como vivem e como manifestam a solidariedade? E, por fim, como é que a vivência entre dois países os ajuda a ter uma visão mais integral do mundo e do «outro»?*

Para efeito, levaram-se a cabo dois estudos que gostaria que conhecessem nas seguintes secções.

### 1.1. Quem são os jovens emigrantes?

Num primeiro estudo/momento, foram participantes no estudo jovens (e)migrantes adultos portugueses ( $N = 22$ ). De acordo com a sua auto-identificação, a maioria era do sexo feminino ( $n = 17$ ) e alguns eram do sexo masculino ( $n = 5$ ).

As suas idades variavam entre os 23 e os 33 anos ( $M = 28,90$ ;  $DP = 2,44$ ) e viviam fora de Portugal entre 2 e 14 anos ( $M = 4,81$ ;  $DP = 2,83$ ).

Todos eram naturais de Portugal Continental e emigraram para países europeus e do Espaço Schengen, com pelo menos um dos pais a residir em Portugal. Os dados foram recolhidos entre os anos de 2018 e 2019.

A distribuição dos participantes por países pode ser vista no seguinte quadro:

Quadro 1. Distribuição dos participantes por países

País de acolhimento	Número de participantes
Bélgica	2
Dinamarca	1
França	4
Alemanha	2
Islândia	1
Luxemburgo	1
Países Baixos	1
Suécia	1
Suíça	3
Espanha	2
Reino Unido*	4
Total	22

\* Quanto a este último, estava integrado, dado que o Brexit ainda não tinha começado.

## 1.2. Quem são as figuras parentais que «ficaram» em Portugal?

Foram participantes figuras parentais (pais e mães), residentes em Portugal e com filhos adultos emigrados ( $N = 20$ ). De acordo com a sua auto-identificação, a maioria era do sexo feminino ( $n = 16$ ) e alguns do sexo masculino ( $n = 4$ ). As suas idades variavam entre os 48 e os 76 anos ( $M = 60,83$ ;  $DP = 9,15$ ). Os dados foram recolhidos entre o último trimestre de 2022 e o primeiro trimestre de 2023.

## 2. Como foram recolhidos os dados?

Foi elaborado um guião de entrevista semi-estruturado para entrevistas individuais, previamente testado com investigadores, técnicos de suporte social e de saúde, bem como pessoas com um perfil similar. Era intenção que as entrevistas fossem o mais próximas possível dos nossos participantes.

Inicialmente, foi desenvolvido um guião especificamente para jovens adultos emigrantes e era composto por cinco blocos temáticos, precedidos de um bloco de apresentação inicial. Os blocos temáticos foram: i) Caracterização da família (ex.: *Quem são as pessoas que identifica como familiares próximos/nucleares?*); ii) Experiência migratória, bem-estar e motivações (ex.: *O que foi mais benéfico para si neste processo de migração?*); iii) Manutenção das relações afetivas (ex.: *Que meios utiliza para comunicar?*); iv) Rede de apoio entre gerações (ex.: *Presta algum apoio às suas figuras parentais/cuidadoras?*); e, v) Transmissão de valores entre gerações (ex.: *Pode dar-me exemplos concretos do que partilha com os seus familiares?*).

Posteriormente, adaptado deste primeiro guião e considerando as diversas necessidades indicadas por estes emigrantes, bem como pela vasta literatura científica e com consulta a *experts* nos temas, foi desenvolvido um novo guião direcionado a figuras parentais portuguesas com filhos emigrados. Este segundo guião da entrevista integrou sete temas principais: i) caracterização da família (ex.: *Quem são as pessoas que identifica como familiares próximos/nucleares?*); ii) motivações e coesão na família transnacional (ex.: *O que o surpreendeu pela positiva na gestão da relação? E pela negativa?*); iii) manutenção da relação com a distância (ex.: *Que aspetos melhoraram na sua relação com o seu filho que emigrou? E que aspetos pioraram?*); iv) rede de apoio intergeracional (ex.: *Presta algum tipo de*

*suporte aos seus familiares que vivem cá? E ao seu/sua filho/a que emigrou?); v) transmissão de normas e valores (ex.: Pode dar-me exemplos concretos do que partilha/e não partilha com os seus familiares?); vi) aprendizagem ao longo da vida, especificamente como gerem o envelhecimento (ex.: Sente que o tempo de vida lhe deu mais experiência para fazer frente aos desafios?); e vii) como percecionam o seu bem-estar psicológico e social (ex.: Quais são os pontos fortes que identifica no seu bem-estar? E os que se tornam mais difíceis?).*

Antes da aplicação do guião de entrevista, foi primeiramente recolhido o consentimento informado e um questionário sociodemográfico.

### 3. Procedimentos e considerações éticas

De acordo com o código de ética da *American Psychological Association* (2018) e com a aprovação das Comissões de Ética e Deontologia das Universidades onde os estudos foram desenvolvidos – Universidade de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa –, todas as entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e posteriormente os áudios foram destruídos, com os nomes dos participantes e dados sensíveis alterados para garantir a confidencialidade. Ressalta-se que, além das métricas metodológicas, o número de participantes superou o esperado, considerando que foi determinado pela saturação teórica dos dados e que se trata de uma amostra de conveniência, construída concomitantemente a uma análise de dados (Charmaz, 2008). Infelizmente, não nos foi possível ter testemunhos de membros da mesma família, pelo que se optou por apresentar a perspectiva de dois grupos/gerações, nem sempre relacionados, mas cujos dados e desafios respondem a problemas quotidianos. Este livro é um recorte de um conjunto de estudos qualitativos e quantitativos.

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão para participação:

No caso do estudo com emigrantes: *i)* ser jovem adulto de nacionalidade portuguesa (18 a 35 anos); *ii)* ser emigrante num país europeu; *iii)* ter pelo menos uma das figuras parentais a residir em Portugal; *iv)* estar emigrado há pelo menos um ano.

No caso do estudo com familiares em Portugal: *i)* ser figura parental de, pelo menos, um jovem adulto português emigrante que residisse no estrangeiro há pelo menos um ano; e *ii)* residir em Portugal.

Com o apoio das comunidades portuguesas no estrangeiro, juntas de freguesia/municípios em Portugal, comunicação social, associações de emigrantes, bem como a criação de um site e redes sociais para o projeto de investigação, procedeu-se à divulgação do estudo para recrutamento de participantes.

As entrevistas foram realizadas presencialmente ou através de meios digitais, salvaguardando a identidade e a confidencialidade dos dispositivos.

#### 4. Como foi feita a análise de dados?

Considerando a simultaneidade entre a análise da recolha de dados e a dinâmica das relações sociais (Braun & Clarke, 2006), a primeira abordagem às entrevistas foi feita através da familiarização dos dados (ler, reler, tornar os dados íntimos) para proceder à análise em três unidades de significado. Primeiro, a codificação aberta: permite criar e verificar categorias e conceitos centrais; sequencialmente, a codificação axial: onde se procedeu à análise das relações entre categorias. Por fim, a codificação seletiva: permite saturar teoricamente as categorias centrais (sobre as relações e a solidariedade intergeracional) de forma a reagrupar e relacionar a codificação para a organização e emergência de novos dados sociais.

Numa perspetiva construtivista (Charmaz, 2009), utilizando categorias de análise *a priori* e *a posteriori*, de modo a incluir a interação do investigador com os dados, procurámos temas entre categorias (Charmaz, 2006; Charmaz, 2008).

Para evitar enviesamentos na análise (Charmaz, 2006), como autor procedi à análise dos dados e debateram-se perspetivas/acordos/desacordos no seio das equipas de investigação com quem trabalhei, que participaram como consultores/as, dando reflexividade a uma perspetiva construtivista. Foi utilizado o *software* N-Vivo.

## 5. Principais Resultados e Reflexões

### 5.1. Solidariedade Intergeracional em contexto transnacional

Uma vez que foram as dimensões do modelo da **Solidariedade Intergeracional (SI)** familiar, que orientaram a exploração destas dinâmicas intergeracionais, nos seguintes subtítulos são apresentados os resultados organizados de acordo com essas dimensões: (a) afetiva; (b) associativa e estrutural; (c) funcional; (d) normativa; (e) consensual (Bengtson & Oyama, 2007).

As dimensões estão categorizadas segundo o modelo da SI. A exceção, no entanto, é para as dimensões da solidariedade associativa e estrutural. Esta última, (solidariedade estrutural) só é possível de estudar neste formato, já que diz respeito à forma como a distância geográfica significa a vontade de interação (Bengtson & Oyama, 2007). Ora, no contexto transnacional e havendo um crescente número de contacto virtual de elevada importância para os emigrantes (Ferreira, 2009) que medeia a presença digital e a presencial, consideramos adequado reagrupar a mesma com a solidariedade associativa, que nos remete para o tempo e frequência de contacto entre elementos de várias gerações (Bengtson & Oyama, 2007), já que os dados nos permitiam reagrupamento para coesão de resultados, considerando os fatores tempo e espaço para a dinâmica.

Como fator novo, vamos acrescentar uma nova abordagem ao conflito. A literatura usualmente aborda o conflito como dimensão adicional, mas não interrelacionada a cada uma das dimensões do modelo original (Lowenstein, 2007), neste trabalho assumimos o conflito como uma dimensão transversal às dimensões de solidariedade intergeracional.

O conflito, transversal e anteriormente estudado como dimensão adicional, embora se assuma mais recentemente num modelo misto de solidariedade-conflito (ex.: Bengtson *et al.*, 2002), é usualmente assumido como algo negativo e destrutivo, tendo, como consequência, efeitos negativos. Segundo o modelo, o espaço intermédio de negociação entre a solidariedade (vista como positiva) e o conflito (visto como negativo), era a ambivalência (Lowenstein, 2007), não se considerando o significado destrutivo ou resiliente do conflito nem, ainda, as relações em que há pouco conflito, mas também pouca solidariedade.

Importa, ainda, referir que os conteúdos estão organizados segundo as definições operacionais do modelo da SI (Bengtson & Oyama, 2007), mas

dialogam entre si num *continuum*, já que, como anteriormente se referiu, a família é um grupo de especial dinâmica e com linhas de interação mais ténues e interligadas, mas um primeiro suporte à migração (Coimbra *et al.*, 2013; Bordone & Valk, 2016).

#### 5.1.1. Solidariedade afetiva

É nesta dimensão, sobre percepções de afeto, que se enquadram os sentimentos e satisfação com os laços afetivos, sobretudo entre figuras parentais e filiais (Bengtson & Oyama, 2007). Esta dimensão verificou-se na análise de entrevistas de quase todos os participantes dos dois estudos.

A grande maioria dos emigrantes (EM) indica que as figuras parentais (FP) estão disponíveis a prestar apoio emocional e acompanhar as tomadas de decisão, sejam elas situações quotidianas ou de grande importância nas suas vidas – o que corrobora a literatura que afirma pode ser esta a base para o entendimento e comunicação que engloba a cooperação familiar entre gerações para desenvolvimento da SI nas restantes dimensões (Bengtson *et al.*, 2000).

Mais de metade dos EM referiu especificamente a existência de apoio familiar no seu projeto migratório. Alguns referem, inclusive, que as FP e a família nuclear foram essenciais no reforço afetivo durante a criação ou manutenção do plano migratório, mesmo quando era um processo percebido como desconfortável para os familiares em Portugal, como ilustra Alice, ao contar a sua experiência com a sua figura cuidadora (avó) «chorou de alegria, chorou de tristeza... mas apoiou-me... apoiou-me na minha decisão, sempre me disse que tinha sempre a possibilidade de voltar, mas que ela queria o melhor para mim» e a Beatriz «foi sobretudo no sentido: vai, nós vamos-te ajudar e quando não houver alternativas volta que nós somos um plano de “backup” para ti para te apoiar... que é coisa que nem sempre toda a gente tem... eu tinha esse apoio no caso das coisas correrem mal... eu tinha essa ajuda», realçando o suporte afetivo como matriz para a comunicação intergeracional.

A SI afetiva, acrescenta que cerca de um terço dos EM refere que a dinâmica parental/filial melhorou desde que estão a viver com distância geográfica, tendo agora contacto e acompanhamento diários através de contacto digital e presencial, embora este último seja pontual através de visitas. Por sua vez, as FP referem exatamente o mesmo, reforçando que embora existam saudades inevitáveis, têm uma relação mais próxima com os filhos.

Na generalidade dos EM, sucedeu estreitar-se relações com uma das figuras parentais. Alguns referem que a distância foi um momento de descoberta de compatibilidade emocional com alguma FP, outros de aproximação maior, cuja partilha afetiva não era tão usual antes da migração, mas que passou a ser dialogada, como ilustramos novamente com a narrativa da Alice:

«quando eu estava a dormir, eu sentia que ela passava a mão pela [minha] cabeça e desde que eu vim para a Suíça, cada vez que ela fala comigo ao telefone, ela tem necessidade de me dizer que me ama... tem necessidade de me dizer que me ama e tem necessidade de dizer que tem saudades minhas! E isso... e isso a mim aquece-me o coração, acho que é aquilo que eu ganhei, depois de vir foi a minha avó conseguir manifestar os sentimentos dela, verbalmente, verbalmente... penso que sim... isso eu ganhei!»

Ainda, com a narrativa da mãe Fernanda:

«Agora apoiamo-nos ainda mais emocionalmente. Demos-lhe sempre apoio e força para continuar. [...] Ainda ficámos mais unidos! Estamos muito mais presentes em tudo, apesar da distância. Falamos muitas mais vezes e estamos sempre ansiosos para estarmos juntos.»

Ainda, alguns emigrantes referem maior necessidade de proximidade – ideal ou concretizada – com os mais idosos (avós, quando estes não são as referências parentais) dado a necessidade de proporcionar um espaço de diálogo em compensação da ausência e *gap* geracional. Irene, uma das emigrantes que ilustra esta situação, diz-nos que «avós é mais um apoio de conversa, de ouvir, a minha avó... a minha avó paterna fala muito... então, é mais esse apoio».

Reforçando, assim, o envelhecimento como fator importante a considerar na comunicação geracional ascendente e descendente, que irá ser transversal a todas as dimensões (Bengtson *et al.*, 1991).

Um fator quase sempre associado ao envelhecimento é a saúde – e eventual forma de cuidado com a distância. Este formato relacional permite reduzir a solidão em que está no projeto migratório, mas também dos elementos ascendentes no país de origem, estejam os mesmos saudáveis

ou em recuperação de um problema de saúde, apresentando as vivências do filho Lucas, como exemplo:

«o meu pai tem a saúde um bocadinho debilitada apesar de não ter problemas de maior... a minha mãe também já é idosa, já tem setenta e sete ou setenta e oito, portanto, o maior suporte que eu lhes prestei foi termos comprado um tablet e ensiná-la a mexer no *skype* e no *Facebook*. [...] sabe mexer agora mais ou menos no *facebook* e liga-me e eu ligo-lhe, faz *likes* e temos um diálogo melhor.»

Bem como a da filha Cátia,

«a minha mãe teve cancro na mama, então eu fui a duas sessões de quimioterapia, a minha irmã também voou para outra sessão e a minha irmã depois ainda foi a sessões de radioterapia com a minha mãe e nas sessões que nós não fomos, o meu pai [...] manteve-nos a par do que se ia passando por telefone.»

Verificou-se que as entrevistas com as FP seguiam no mesmo sentido, sendo esta preocupação percebida pela generalidade das figuras parentais. Exemplificando com um excerto de um pai, João, que nos diz:

«o mais importante é o suporte emocional que damos uns aos outros. Eles preocupam-se muito comigo e com a mãe e estão sempre atentos a alguma coisa que seja preciso, no caso de estarmos doentes, quando foi o COVID... foi um problema porque eles já estavam fora e a preocupação foi de todos estarmos separados e não nos podermos ajudar! Mas eles pedem-nos sempre a opinião sobre muita coisa, principalmente o meu filho.»

### 5.1.2. Conflito afetivo

Quando analisamos o conflito associado à dimensão da solidariedade afetiva, verificamos que está presente em grande parte das entrevistas dos filhos mas só em cerca de metade dos pais.

A maioria dos participantes EM sente que negligenciou o apoio às gerações ascendentes no país de origem, o que cria sentimento de difícil gestão ou de culpa, mas que é referido como necessário dado a complexidade das vivências na sua experiência migratória. Alice afirma que «quando vens

é... é horrível! É horrível deixar para trás... é horrível! (emociona-se muito) mas, atenção, não me arrependo de ter vindo, nunca! Acho que vim porque tinha que vir, se calhar, era aqui que estava o meu destino, mas custa muito». Isoladamente, só uma participante evidenciou a necessidade de se dedicar mais à família descendente e superar a percepção de culpa por não acompanhar tanto as gerações mais velhas.

Na maioria dos emigrantes, constatou-se que a preocupação com o envelhecimento e eventual declínio de saúde, não acompanhado, dos pais e/ou avós é um fator de conflito interno, que remete para a impossibilidade de contribuir da melhor forma no apoio, limitando-se apenas a gerir as dificuldades que forem surgindo e mantendo-se disponíveis. Sandra refere que: «ainda vai levar tempo... e que eles ainda são... e que eles ainda estão bem de saúde e é o que interessa e quando as coisas surgirem tentaremos fazer... tentaremos arranjar uma solução ou... não sei» e ainda, novamente sobre o acompanhamento do estado de saúde da mãe da Cátia «fui falar com uma psicóloga... quatro sessões... e isso também ajudou imenso, portanto, também... também ajudou a lidar com ansiedade e preocupação e tudo o mais».

Verifica-se, ainda, que significativa parte dos filhos evidenciou que, embora as figuras parentais tenham apoiado e acompanhado a experiência migratória, tal é alvo de percepção de tensão porque sentem que a distância na dinâmica afetiva mudou. Os familiares assimilam a emigração como processo de mudança e recomposição familiar, até podem considerar como benéfico para o emigrante, mas é percebido como menos eficiente para o bem-estar de grupo. Como o Rui articula:

«no processo houve mudanças no núcleo familiar muito relevantes que vieram modificar a relação pai e filho, mãe e filho... com o meu pai realmente a relação tem sido muito difícil, para dar um exemplo, não só comigo, com o meu irmão também. [é] o caso de emigração.»

Ainda, o evitamento pode constituir uma forma de gestão de conflito familiar. Na sua maioria, os participantes referem que abordam os temas que afetam negativamente a sua dinâmica afetiva com as figuras parentais, mas acabam por evitar dialogar abertamente sobre o motivo de conflito, dado que não consideram que a família tenha capacidade de escutar e dar (re)significação perante vivências que interferem no bem-estar migratório, como refere o exemplo da filha Catarina: «se eu estivesse muito em baixo

e se eu falasse aos meus pais que estava muito em baixo, eles não me iam dar grande apoio, porque eu sabia que a minha mãe ia começar a chorar e tal e, portanto, às vezes era um apoio mas, que eu também os tentava resguardar de muita coisa, mas... sempre... sempre foram um apoio».

Ainda da mãe Matilde:

«É assim, sentir, sentir, nós a ele tivemos que lhe dar no início, muita, muita motivação, eu... nós mães fazemos isso muitas vezes, o chorar é sempre em privado, de maneira a que eles não percebam que há alguma tristeza, uma melancolia ou algo... mas ver o meu filho a ser autónomo e que é um miúdo extremamente determinado e tem uma força, acaba por me fazer sentir melhor.»

Evidenciando, assim, a importância do suporte afetivo, mas também da negociação em situações que podem ser percecionadas como risco e incerteza.

### 5.1.3. Solidariedade Associativa e Estrutural

Em definição, as dimensões: associativa, que remete para o tempo e frequência de contacto entre elementos de várias gerações e, estrutural, que reflete a proximidade geográfica entre os membros da família, podem estar na base da interação entre gerações (Bengtson & Oyama, 2007). À exceção das restantes dimensões, estas foram analisadas em conjunto porque estavam diretamente relacionadas e conectadas, reforçando mutuamente o seu significado, quando se remete para o caso transnacional (Michels *et al.*, 2011; Cela & Fokkema, 2017). Surgiram dados no total dos dois estudos.

Todos os participantes referiram estas dimensões como essenciais e muito presentes na dinâmica familiar. Os rituais familiares – sejam sob forma quotidiana, de celebração ou pontuais – são vividos sobre a forma presencial e digital, via novas tecnologias de comunicação, alterando, por sua vez, a visão clássica destas dimensões da solidariedade intergeracional, com o emergir e uso massivo das novas tecnologias de comunicação.

Assim, na generalidade e com estes recursos, verificou-se amenizar da distância cultural entre realidades percebidas do país de origem vs. país de destino. Numa parte dos participantes emigrantes, dado a sua vivência em contextos transnacionais fora da Europa, referem que se

sentem agora mais próximos e conectados com a família pela identidade coletiva mais parecida, mas também pela maior facilidade de viagens a Portugal.

Todos os elementos destacaram que é sistemática a reunião com a família em Portugal em momentos de celebração (Natal em quase todos os casos; em outras celebrações, embora com menos expressão, como aniversários, Páscoa ou o Dia de Todos os Santos, nos restantes). Os participantes percebem estes momentos como importantes e imprescindíveis à manutenção familiar com as gerações ascendentes e descendentes, como nos refere a filha Marta:

«No Natal para mim tem de ser passado em família. Por isso, todos os Natais vou a Portugal. [...] pelo menos enquanto os meus pais e os meus familiares forem vivos, tenciono passar com eles esta festa. Para mim, é a festa da família. Para mim, é impensável passar o Natal aqui com o meu marido e com a minha filha, impensável.»

Mais de metade dos participantes refere que, ainda que a deslocação a Portugal possa ter outra finalidade que não a visita à família – por exemplo, cuidados de saúde transnacionais ou encontros com amigos –, este é sempre o tópico transversal no planeamento da vinda ao país de origem.

Todavia, dado as tarefas contínuas dos dois lados, um terço dos pais afirmou que era importante encontrarem-se em épocas festivas e que precisam de preservar esses encontros, mas que, quando possível, também visitam o país onde os filhos vivem, tentando aliviar a tensão de gestão de agenda dos filhos. Como ilustra a narrativa do pai Bento:

«quando não é possível [virem a Portugal] eu e a minha mulher vamos lá. Está frio, é aconchegante estarmos todos juntos em casa, fazemos as refeições juntos, vamos passear ao fim do dia [...] é uma altura especial do ano.»

Embora poucos, nos casos dos emigrantes em que há par significativo que surgiu durante a experiência migratória, referem que os contactos presenciais, sobretudo para celebrações e rituais, acontecem mediados com os valores culturais do/a companheiro/a vs. país do/a entrevistado/a e da família no país de destino. Podemos exemplificar com a narrativa de Rosa, referindo-se à diferença cultural de não se celebrar o Natal onde vive:

«por acaso até se dão bem as duas famílias e por isso não encaram com estranheza que no próprio dia de Natal, pronto, ligamos o *Skype*, dizemos olá a toda a gente, damos um beijinho, cantamos qualquer coisa.»

De destacar, com frequência diária a no máximo semanal, a totalidade dos participantes reinventou o contacto e a sua dinâmica com a família através do uso de tecnologias de comunicação, tendo as mesmas alterado o paradigma do contacto e dinâmica, em casos de geração ascendente mais idosa, ensinar a utilizar vias digitais fez parte das rotinas de contacto que passou de presencial a digital, exemplificando com um excerto do filho Lucas,

«há três anos atrás, portanto, ela [mãe] com setenta e cinco anos abriu uma conta de Facebook e sabe mexer agora mais ou menos [...] se calhar, é o maior suporte que, portanto, prestei, mas também um bocadinho consequência da minha mudança.»

As videochamadas e caixas de mensagem – nomeadamente utilizando as apps WhatsApp e Messenger – constituíram-se como uma forma de contacto mais privado; e os *feeds*, nomeadamente utilizando as apps Facebook, Instagram e também grupos em qualquer destas aplicações, como forma de partilha de conteúdos para os familiares em diferentes pontos geográficos, embora menos direccionados especificamente à narrativa e troca de suporte entre os elementos da família. Serve, antes, como reforço de presença e intercâmbio de experiências em grupo maior que a família nuclear. Guilherme (filho), referindo-se ao uso de contacto via digital:

«chamadas é todos os dias depois do jantar, entre o jantar e entre ir-me deitar, depois depende se eles [pais] têm algum plano em Portugal [...] durante o dia, por exemplo, os meus primos vão-se metendo comigo no Facebook ou falando pelo Messenger ou uma coisa assim sempre.»

Bem como a mãe Margarida,

«Videochamada e [mensagens] WhatsApp, todos os dias. Temos o hábito assim que nos levantamos... a primeira que se levanta diz bom dia à outra, nem que seja só mesmo o bom dia, todos temos a nossa vida normal durante o dia, ao longo do dia vamos partilhando brincadeiras,

memes do Facebook, notícias engraçadas, o que quer que seja ou coisas engraçadas que acontecem no trabalho dela ou no meu, e depois ao fim do dia, antes de nos deitarmos.»

A grande maioria referiu que utiliza as videochamadas como um momento quotidiano de partilha e presença com a família, mesmo quando se trata apenas de estar presente sem qualquer tarefa associada. No entanto, alguns participantes referiram que as videochamadas são também usadas para acompanhamento de necessidades específicas como o recobro de doença deles próprios da família. Ainda, no acompanhamento em tarefas domésticas e no cuidado/*babysitting* de gerações ascendentes menores de idade, por parte dos avós em Portugal. Parte destes refere que este contacto é percebido como forma bidirecional de reduzir a ansiedade ou solidão por viver à distância do agregado.

As duas formas de comunicação digital – seja *feed* de aplicações de redes sociais ou contacto em espaço digital privado – levam a percepção de pertença e dinâmica entre pais e filhos, bem como com a família mais importante ao agregado, havendo, por este motivo evidência de que o paradigma de dinâmica familiar transnacional se alterou com a tecnologia, ilustrando com o suporte mediado entre o digital e o presencial a uma situação de doença da mãe, em que a Cátia conta que:

«para as quimioterapias eu fui, mas ela como estava sempre muito animada e também vi pelo telefone... dava para ver que ela estava positiva e que estava a levar as coisas bem... não custou tanto como eu pensei que ia custar, e também como falamos todos os dias... ainda ontem ela fez vídeo chamada para mostrar que o cabelo está a crescer, então tinha o telefone para me mostrar e tudo o mais, então eu pensei que ia ser mais difícil... Não foi fácil, mas a atitude dela foi muito positiva e isso fez com que nós depois não nos sentíssemos mal, nem preocupadas, pronto, para além do normal, então... foi complicado, mas não foi o pior ano da minha vida (ri-se).»

No caso das figuras parentais há um dado interessante que até já foi alvo de debate em outras publicações sobre o impacto do uso das vias digitais nas pessoas mais velhas (ex.: Barros *et al.*, 2024). Ou seja, embora a utilização dos meios digitais tenha começado principalmente com o objetivo de contactar com os filhos emigrantes, acabou por ter um impacto

na forma como se sentiam pertencentes às suas redes familiares e, subsequentemente, permitiu-lhes ligarem-se a outras redes. Como ilustra a mãe Helena:

«Como estou reformada, tem sido mais difícil lidar com a ausência de um filho e com o isolamento, que se agravou depois da COVID. Felizmente, com a ajuda dos meus filhos [um emigrou e o outro que está em Portugal], tenho conseguido utilizar o Facebook e o WhatsApp, que me mantêm ligada a mais pessoas no mundo.»

Dois terços dos pais indicaram que utilizam as novas tecnologias para estar em contacto com outros contextos a que não tinham acesso anteriormente, nomeadamente pessoas da mesma escola, grupos da mesma freguesia, outros membros da família. A mesma participante, Helena, ilustra como esta ligação lhe permitiu utilizar o espaço digital para estabelecer outras ligações:

«Num dia normal, faço as minhas coisas, faço o almoço, vou às compras, como as minhas refeições e depois vou tomar um café, estou lá durante algum tempo com o grupo de amigos que conheci num grupo paroquial que ficou *online* durante a pandemia. Estamos lá um bocado, depois cada um segue o seu caminho, eu chego a casa e muitas vezes partilhamos o que descobrimos uns com os outros [...] e ligo por vídeo à minha prima que está longe.»

Estes dados levaram-nos a refletir sobre a forma como o espaço digital pode ser um bom complemento do espaço físico, aumentando a relação entre pessoas e espaço (Barros *et al.*, 2024; Swan, 2023).

#### 5.1.4. Conflito associativo e estrutural

Embora a maioria refira que o contacto via plataformas digitais tenha melhorado ou permitido o desenvolvimento de relações familiares com mais qualidade, a maioria indica que a distância geográfica dificulta a interação familiar e tal se manifesta em divergências geracionais de perspetiva sobre o que se espera nos tempos e frequências de visita ao país de acolhimento dos participantes.

A grande parte dos emigrantes menciona que diferentes perspetivas dos elementos familiares sobre a quantidade de vezes de contacto (seja

via digital ou presencial) aumenta o conflito interno, bem como o conflito entre elementos da família, sendo o mesmo amenizado com a vivência gradual da nova experiência de contacto e com o suporte da família construída com o par amoroso, como refere Rosa:

«o meu filho tem agora três anos, quer dizer, tem dois anos e meio nem sequer três anos, por isso, eu não sei se eu vou conseguir levar isso a cabo, mas com o meu marido e, em geral, tentamos que, realmente, as coisas são como são, as famílias não são perfeitas, nem as coisas correm sempre bem e o importante é dizer as coisas como elas são e afrontá-las.»

Destaca-se ainda a presença de conflito, resolvido em cooperação intergeracional, nas vivências de rituais familiares, sejam quotidianos, de celebração ou pontuais. Isto é, grande maioria referiu que o modo como as gerações ascendentes percebem a presença é fator de desgaste, percebendo cobrança emocional por presença excessiva na família em Portugal, em contraposto com a noção de lar no país de destino, como ilustra Catarina:

«normalmente, uns dois ou três dias antes de ir é quando eu começo a ficar... não é ansiosa, não é, mas começo a contar os dias, digamos assim, porque depois os meus pais também começam logo a perguntar o que eu quero comer e pronto, onde é que eu quero ir e quem é que eu quero ver e portanto, começa... a memória começa a reavivar e [...] estou em Portugal, a maioria das vezes... os primeiros três, quatro dias, eu ainda consigo estar... muito entregue, digamos, à minha família, depois, mais do que isso, já me começa a ser complicado porque eu sinto que tenho duas vidas.»

Alguns emigrantes referem que a manutenção de contacto entre família desenvolvida durante a estadia fora do Portugal é um motivo de tensão que vai sendo negociado. A presença digital aproxima realidades e facilita contacto, mas também parece anular a privacidade e autonomia perante as FP, já que estão todos sempre conectados, como nos refere o exemplo da Ana,

«tento dizer-lhe: mãe! sabes que não tens que... não tens que mandar mensagens todos os dias ou, olha! há certas coisas que eu agora, não é, sou adulta e tenho a minha vida e podemos falar mas, não todos os dias, e também noto fases, a minha mãe também se estiver um bocadinho mais carente emocionalmente, são alturas em que ela me vai mandar mais mensagens, portanto, também tento compreender o que é que se está a passar do lado dela.»

As figuras parentais, por seu turno, corroboram exatamente o percebido pelos filhos, o que os faz sentir conflito interno. Como nos refere a mãe Júlia:

«Eu gostava de falar mais [referindo-se ao filho], ele está um bocado na dele, e, às vezes não me responde imediatamente porque diz que às vezes exagero em tentar que esteja e seja parte, mesmo quando não sabe se quer muito. Portanto, entendo mas fico mais stressada.»

Bem como com o excerto da mãe Fernanda:

«Custa-me muito estar longe! Apesar de falarmos quase todos os dias e eles enviarem vídeos, o não poder estar com o menino [neto] e vê-lo crescer ao vivo custa-me muito! Tem sido muito difícil e cheguei mesmo a procurar ajuda médica para ultrapassar a tristeza da distância!»

A grande maioria dos emigrantes sente conflito interno por não estar mais presente na vida dos familiares mais idosos, já que os mesmos não se conseguiram adaptar tão facilmente à presença via novas tecnologias, denotando-se preocupação, como podemos ver no exemplo do Lucas:

«as probabilidades de eles eventualmente virem... virem a morrer e eu não estar lá, também me deixa alguma angústia... culpa não tanto porque é assim que as coisas são e isso vai... vai acontecer, portanto, não... não há dúvidas, ninguém cá fica, mas a probabilidade de eu estar aqui distante quando chegar essa altura é bastante alta, portanto, também me deixa assim alguma angústia não poder... não poder acompanhar os próximos anos ao pé deles.»

Por este motivo, consideram que os mesmos não conseguem acompanhar o dia-a-dia em contacto, o que cria ambivalência entre gostar da experiência migratória, mas sentir-se desconfortável por não acompanhar o envelhecimento e saúde dos familiares.

#### 5.1.5. Solidariedade Funcional

A Solidariedade Funcional refere-se ao receber e dar suporte entre gerações (Bengtson & Oyama, 2007), sendo este suporte em tarefas quotidianas (ex.: higiene pessoal, tarefas domésticas) ou de suporte à concretização material (ex.: envio/receção de dinheiro, pagamento de obras).

Contrariamente à literatura sobre as vagas migratórias anteriores o apoio funcional não recai com tanta intensidade sobre envio ou receção de remessas, mas sobre a perceção de disponibilidade de rede social dinâmica (Lancee, 2012). Apenas uma pessoa emigrante relata envio frequente e um outro relata receção frequente de dinheiro que entra para a manutenção do dia-a-dia. A maioria, no entanto, refere que já recebeu ou já apoiou a família no passado e que estaria disponível a apoio futuro, embora fosse mais desconfortável receber apoio financeiro. Marta conta-nos:

«é sempre complicado teres dificuldades e teres de pedir suporte monetário a alguém. Mas se isso acontecer, é claro que irei pedir, claro que serão essas pessoas [pais] que me são mais ligadas, mas não seria confortável para mim pedir, porque haveria sempre a dúvida para me ajudar se calhar, teriam de se privar de algumas coisas.»

Ainda quanto a remessas, verifica-se que são pontuais e em menos de metade dos participantes, tendo a finalidade de apoiar necessidades mais pontuais (ex.: suporte em pagamento de despesas de veterinário de animais domésticos, ou compra de aparelhos digitais que permitem a comunicação entre os elementos). Como ilustrado na entrevista do filho Joaquim:

«não tanto diretamente com dinheiro, mas comprar coisas que eles precisem, seja um computador, seja um telefone, que comprei para a minha mãe, ou seja uma televisão nova para a sala ou seja pagar-lhes a conta do telefone, se houver a necessidade disso. Ajudas esporádicas, sim, o pagar-lhes uma viagem por exemplo para virem cá visitar.»

Alguns EM referem que se trata de presentes e não entendem como suporte embora dada a tipologia, se enquadre como dimensão funcional da solidariedade intergeracional. Do lado dos pais nota-se o mesmo com receção de ajuda muito concreta em momentos muito concretos (ex.: suporte a outros irmãos a estudar sobre a sua alçada).

A solidariedade funcional percebida na maioria dos participantes está, também, estreitamente vinculada com o suporte em tarefas quotidianas que consideram como essenciais, de onde destacaram: ajudar na aquisição de competências digitais que permitem o contacto com os restantes elementos, suporte no pagamento ou cuidado temporário de animais de estimação da família, presença para suporte direto em caso de doença e *babysitting* por parte de avós (em Portugal), para com netos (a viver no país de acolhimento) – de forma quase sempre digital, reforçando a necessidade de visão holística das várias dimensões.

Ainda, mais de um terço dos emigrantes refere que presta suporte aquando de visitas presenciais, sobretudo em tarefas do quotidiano (higiene e apoio à mobilidade) nos mais idosos e planeamento de cuidados de envelhecimento das figuras parentais com outros da mesma geração. Eduarda conta-nos:

«cada vez que vou ao Algarve e, quando estou lá assim uma grande temporada, costumo passar... grande parte do meu tempo com os meus avós... levo-os a passear, de certa forma, faço ali um jogo de *entertainer* porque, já estão, realmente, os dois muito velhotes e não saem de casa sozinhos faço-lhes companhia, ajudo na parte da comida quando eles precisam de alguma coisa, levo-os à compras... tarefas diárias que uma pessoa com oitenta e muitos anos já não consegue fazer sozinha.»

Com menos expressão, poucos referem ainda que o suporte é focado na resolução de problemas burocráticos em Portugal.

#### 5.1.6. Conflito funcional

O receber e/ou dar suporte, sobretudo financeiro, é-nos indicado como o menor de todos e no qual os participantes se sentem (na prática e pensando na eventualidade de necessidade) mais confortáveis e seguros numa posição de prestadores de suporte e quase nunca na posição de beneficiários – suporte sobretudo ascendente. Receber apoio financeiro é indicado como desnecessário na atualidade, como algo que aceitariam

em eventual necessidade, mas que seria sempre com desconforto, como se pode ver no exemplo da filha Marta «é lógico que é sempre complicado teres dificuldades e teres de pedir suporte monetário a alguém. Mas se isso acontecer, é claro que irei pedir, claro que serão essas pessoas que me são mais ligadas, mas não seria confortável para mim pedir».

Destaca-se, ainda, em aproximadamente metade dos resultados nos emigrantes, que o desconforto na aceitação de suporte se deve à consciência de que os pais podem precisar mais de manter recursos como salvaguarda e/ou evitar cobrança posterior de suporte, que seria entendida como desgastante à relação, como reafirma a mesma participante:

«não seria confortável para mim pedir, porque haveria sempre a dúvida para me ajudar se calhar, teriam de se privar de algumas coisas. [...] Não me será simples, se um dia necessitar, não me será simples lhes pedir. Não me será simples, pedir aos meus pais, mas se o fizer e eles me oferecerem de livre vontade, sem nenhum problema, não me será difícil aceitar. O difícil para mim será pedir, não aceitar.»

Já por seu turno, os pais entendem que seria desconfortável pedir suporte financeiro pois encaram como uma obrigação parental não sobrecarregar a vida dos filhos que já tiveram de mudar de país para encontrar alguma estabilidade e existem papéis de suporte descendente marcados. Como nos refere o pai Tomás:

«Da minha parte, eu tenho alguma relutância, não é, não quero... só mesmo em caso de muita necessidade é que eu aceitaria alguma ajuda da parte dele, porque acho que não é o papel dele, o meu papel é o de o ajudar, o papel dele, não. O papel dele é ganhar asas para voar. E a minha obrigação é munir das asas para ele voar.»

Em muito poucos casos alguns emigrantes dizem-nos que o suporte é encarado como limitante e paternalista e, num caso pontual, há aceitação de dinheiro como forma de compensar ausência afetiva percebida pelo participante, mas que é uma forma de gerir a tensão com a figura parental, ilustrando com um excerto do participante Rui «o meu pai também tem insistido muito a nível de ajudar em aspetos económicos para mim e para o meu irmão, por exemplo, são irrelevantes [...] eu não sei se estou a ter ajuda ou se é descargo de consciência dele.»

No entanto, a dinâmica e respetivo conflito funcional vai além do suporte financeiro e, embora em resultados mais pontuais, refere-se que existe também perceção de paternalismo quanto a tarefas/decisões do dia-a-dia (manutenção de casa ou carro) que são consideradas como desconfortáveis, mas necessárias para maior eficiência das tarefas quotidianas dos participantes.

De notar que, embora poucos, alguns emigrantes referem sentimento de culpa e desconforto na dinâmica por não conseguirem prestar apoio funcional em tarefas das figuras parentais, refletindo o apoio *downward/upward* que pode ser conflituante quanto às expectativas filiais/parentais, reforçando a importância da análise da solidariedade normativa, onde poderemos ver as normas que os participantes assimilam como perceções de verdade pessoal e familiar.

Os conflitos parecem, genericamente, mais marcados negativamente pela aceitação da solidariedade descendente do que ascendente, embora seja estreitamente ligada à dimensão afetiva, que permite diálogo sobre o impacto deste suporte.

#### 5.1.7. Solidariedade normativa

Nesta dimensão situam-se as expectativas referentes às obrigações filiais e parentais, bem como as normas da importância familiar, num código de aceitação e/ou rejeição de comportamentos entre membros do grupo (Bengtson & Oyama, 2007).

A quase totalidade dos participantes referiu a família como contexto essencial à criação de normas e obrigações, onde existe também conflito (como veremos no subcapítulo seguinte), mas destacando a especificidade de percecionarem este *continuum* como essencial à dinâmica familiar saudável. A Família é maioritariamente percebida como estrutura de unidade, peso e contexto que dita normas entre gerações, das quais a maior parte dos participantes relata que se identifica com a dinâmica. Ilustrando com o exemplo do filho Rodrigo:

«a família pode ser qualquer coisa e pode assumir qualquer modelo [...] inclui todas aquelas pessoas em que tu podes confiar e sempre que estás nos momentos bons e nos maus e aquelas pessoas que te dão apoio afetivo, financeiro, também, essencialmente financeiro. São as pessoas que te passam os valores pelos quais tu te reges toda a tua

vida, ou seja, pode ser uma avó, um avô, um tio, um pai, uma mãe, qualquer... acho que isso é família.»

Alguns participantes referem que as normas têm sentido mais demarcadas de gerações ascendentes para descendentes (de mais idosos para mais jovens), no entanto cerca de um terço dos entrevistados refere que a percepção de normas e obrigações têm sentido cooperativo e circular de mais jovens e mais idosos.

A percepção quanto ao sentido de obrigação de apoio é referido pela maioria como bidirecional, embora alguns (mas poucos) participantes indiquem que as FP beneficiam de posicionamento familiar em que lhes é mais simples assumir ou delegar presença. Os mesmos participantes consideram que tal se deve à percepção de obrigação maior de suporte no sentido ascendente para com as FP ou familiares mais idosos, já que estão numa posição mais frágil perante a saúde, tempo de vida expectável e condições financeiras.

Neste sentido, uma tendência referida por vários emigrantes é a de que têm obrigação de apoiar o envelhecimento e redução de saúde dos familiares em Portugal como norma inviolável no seu quadro pessoal de valores e que estão presentes inconscientemente os valores transmitidos pelas FP, como verificamos no excerto da participante Carina:

«Ainda não consegui perceber o que é que vai acontecer porque eles estão todos bem, quando não estiverem, não sei... mas eu ponho-os à frente de tudo. [...] caiu em mim de forma muito natural, porque eu sempre fui... apesar de eu ser mais apegada ao meu pai, sinto que fui muito parecida com a minha mãe nesse aspeto de cuidar dos outros [...] mas a mim sente-se de uma forma muito natural e é isso que eu quero fazer [...], caso seja preciso cuidar dos meus avós no futuro.»

Alguns referem que a estrutura familiar tem a obrigação de prestar suporte, independentemente da situação que motive a necessidade de suporte e apenas uma participante refere que rejeitou as normas e obrigações transmitida pelas FP por não se identificar com as mesmas.

#### 5.1.8. Conflito normativo

Pese embora os participantes não identifiquem de forma clara as expectativas referentes às obrigações filiais e parentais, bem como as normas da

importância familiar, identificam antes a dinâmica como uma estrutura fluída que se vai adaptando às necessidades. No entanto, verifica-se a existência de conflito (e alguma ambivalência), já que falamos da coesão de normas e, em certa parte, valores micro sistêmicos que promovem aceitação.

Como apresentado na solidariedade associativa/estrutural (a frequência e forma de contacto), o conflito verifica-se na percepção de comportamentos e normas parentais que os participantes consideram abusivas. Aproximadamente metade dos participantes emigrantes referiu que a indefinição de limites no que consideram adequado à dinâmica cria conflito interno, mas também familiar, o que leva a que haja evitamento do contacto com as figuras cuidadoras e de diálogo do motivo de discórdia geracional. A principal motivação do desconforto experienciado prende-se com um modelo familiar muito presente e percecionado como abusivo, desde tarefas quotidianas a momentos de celebração, como nos ilustra a participante Catarina:

«para discutir com a minha mãe é preciso... mestrado, doutoramento... não sei quantos doutoramentos, porque ela é muito complicada, porque ela simplesmente não ouve... portanto... eu já reparei que é assim: eu cada vez que a interrompo ela começa do início, portanto, mais vale não interromper, deixá-la dizer tudo, mas, mesmo assim ela não... não ouve e não compreende e, portanto, mais vale deixar... o meu pai também se põe de lado que é para também não levar por tabela (ri-se), por isso... basicamente, as discussões com a minha mãe são sempre assim, é, basicamente, até eu desistir e depois ela fica a falar sozinha e depois ponto!»

Porém, embora seja de conhecimento mútuo deste conflito, reconhecem que por vezes é útil o suporte – mesmo que desajustado e evitável – ao decurso do projeto migratório, denotando-se, por este motivo, ambivalência nesta dimensão.

Uma participante emigrante refere, no entanto, que este facto levou-a rejeitar por completo as normas familiares transmitidas e a cortar quaisquer momentos de contacto. Em todo o caso, mais de metade dos entrevistados ignora as normas das FP nas suas vivências, havendo uma quebra da interdependência cooperativa, mas não comunicada, que dá lugar a uma autonomia e criação de novos modelos com a família no país origem, como ilustra a Ana:

«podermos sair sem ter alguém que nos pergunte a que horas é que vamos voltar, a que horas é que temos que jantar, não é, termos de obedecer a um padrão que não é já o nosso padrão, mas, pronto, mas, também, é questão da rotina, não é, temos... temos a nossa rotina do dia-a-dia, temos a nossa estrutura.»

Ainda, o conflito origina ambivalência-conflito interno como tentativa de gestão de angústia nos participantes EM por quererem estar fora do país, mas por sentirem-se mal pela ausência nas reais necessidades dos cuidadores, vista como alienação das obrigações filiais. Muitos referem ansiedade por não acompanhar o envelhecimento e saúde débil dos familiares, sobretudo nos elementos com mais idade, já que era essa a sua expectativa sobre o seu papel na dinâmica familiar antes do projeto migratório. Da parte dos pais verifica-se o mesmo pois sentem que o seu papel de suporte está colocado em causa com a distância e sentem que as normas e papéis familiares em que acreditam podem estar em risco.

Ainda, as normas familiares, sobretudo referentes à comunicação e suporte que referem transversalmente como necessária ao bem-estar coletivo, parecem conflituantes quando se verifica *gap* na perceção de expectativas e valores consensuais entre filhos e FP. Como ilustramos com o Rodrigo, referindo-se à vivência aberta da sua sexualidade e conjugalidade:

«a minha sexualidade é uma parte importante de quem eu sou [...] o facto de eu pensar que, o que eu ter de omitir a minha sexualidade quando estou em Portugal estou, basicamente, a viver outra vida ou a ser outra pessoa [...]. Sei que em Portugal quando eu lá vou são na minha família, quer dizer... todos os meus amigos sabem sobre a minha sexualidade, mas o mesmo não se passa com a minha família, apenas duas pessoas sabem que eu sou gay [...] faz-me falta porque eu gostaria de ter essa flexibilidade para falar sobre esses temas com o meu pai e ainda não tenho isso. Com o meu pai ou com outras pessoas da minha família.»

Curiosamente, verificamos, em outro caso que uma das mães fica bastante preocupada com ter uma filha que se identifica como LGBTQI+ e têm comunicação aberta. Esta mãe não se preocupa com a sua própria aceitação, mas com receio que a filha se sinta retraída de falar sobre a sua vida com receio de se sentir negligenciada na família ou onde vive.

Verifica-se, nos dois casos, que a comunicação (fator comum a todas as dimensões da SI), é importante para que possam sentir que estão a exercer papéis de suporte intergeracional.

Verificamos que as expectativas referentes às obrigações filiais e parentais podem ser, no geral das narrativas, alvo de conflito promotor de crise não negociada com a família, autonomizando resiliência individual, mas também de evitamento perante certos temas.

#### 5.1.9. Solidariedade consensual

Esta última dimensão, consensual, agrega o que diz respeito à proximidade ou divergência de opiniões, valores e orientações entre gerações – não apenas sobre o funcionamento familiar enquanto ambiente microsistémico, mas sobre a realidade social que é percebida incluindo as esferas de ação menos próximas e macrossistémicas (Bengtson & Oyama, 2007). A totalidade dos emigrantes falou declaradamente sobre esta dimensão, embora menos de três quartos dos pais o tenham feito.

Quer os jovens emigrantes quer as figuras parentais referem-nos que existem valores gerais coincidentes perante a vida individual e coletiva. No entanto, muitos participantes emigrantes referem que a família ascendente em Portugal é percecionada por eles como tendencialmente mais conservadora, mas realçando os valores e orientações comuns.

Os valores mais referidos são a autonomia, a conexão familiar, a entreajudar e suporte social, respeito pela individualidade, direito ao espaço individual, liberdade e direito à opinião, bem como o direito a sentir-se integrado e respeitado, surgindo transversalmente a quase todas as narrativas. A título de exemplo apresenta-se a narrativa sobre a concordância dos mesmos com o Rodrigo:

«dos meus pais recebi valores bastante importantes de zelar pelos seus próprios interesses, de eu zelar pelos meus próprios interesses, mas nunca passando por cima das outras pessoas para atingir os fins que eu quero, ou seja, ter sempre em conta os meios, também tipo uma ideia de ser generoso para com as pessoas que estão à minha volta, as que estejam mais próximas de mim ou mesmo outras que não sejam ainda parte da minha vida.»

No entanto, mais de metade dos participantes EM refere que a ausência de vivência intercultural e/ou internacional das FP, a par de serem

de geração que dizem menos global, cria diferenças às suas opiniões e valores, percebendo as FP como menos capazes ou sensíveis perante a diferença, destacando temas relacionados com minorias sexuais, étnicas, religiosas, culturais ou, ainda, questões de identidade cultural associadas à realidade portuguesa – como o caso de perceção de sobrevalorização do futebol, desencontro de necessidades na política portuguesa e concordarem com espetáculos de tourada, como ilustramos com a Cátia:

«a minha mãe acha que faz parte da cultura e que não se deve tipo abolir e por aí adiante. Eu não vejo vantagem nenhuma em ter touradas... toda a vez que temos uma discussão... (ri-se enquanto fala) há mesmo, literalmente, uma tourada [...]. Tentamos dissuadir mas depois chega uma altura que é: está bem! Pensa o que tu quiseres! (ri-se) Beijinhos e abraços!»

Faz-se nota deste dissenso geracional, ainda, com o discurso do Rodrigo, que refere que

«a ideia de tolerância e de aceitação e, basicamente, dar direito à diferença das outras pessoas, foi um valor que eu me foi inculcado a mim por mim próprio e não tanto pelos meus pais e isso não quer dizer que os meus pais sejam ativamente preconceituosos em relação a alguma coisa, mas [...] a tolerância, basicamente, em relação a coisas diferentes, a tudo o que é diferente, foi uma coisa que eu aprendi por mim próprio, ou seja, não é, propriamente, um valor que seja tipo transversal a mim mesmo e aos meus pais.»

Embora apenas alguns participantes EM tenham feito referência, um tópico emergente é a diferença de valores perante o risco no domínio profissional, em que os emigrantes se percebem como mais dinâmicos e menos permissivos em contextos profissionais desconfortáveis, refletindo sobre a incerteza laboral em Portugal e a possibilidade de encontrar bem-estar laboral num país de acolhimento. Uma participante referiu que também desenvolveu os valores/opiniões referidas, por contraposição ao comportamento das suas FP. Como exemplo, um excerto da entrevista da Maria, cujo contexto é geral à SI, mas aplicado à perceção de dinâmica laboral, referindo-se às FP:

«candidei-me a algumas profissões para Portugal e apesar de ter sido convidada, estou agora na Holanda, tinha boas condições de emprego e eu aceitei rápido, muito rápido [...] como a decisão que tomei conscientemente de cortar as relações que não eram saudáveis para mim.»

Grande parte dos emigrantes referiu, também, a família como um grupo privilegiado de criação de valores e opiniões comuns – proteção e entreaajuda de grupo como valor central e também como valor essencial que transitam para as outras áreas da vida e que lhes cabiam educar para a sensibilização dos temas nos quais não conseguiam entender os seus pais como aptos, havendo limitações que serão analisadas no seguinte tópico.

Alguns emigrantes referiram papéis de género na sua dinâmica social, mas como algo que alguns concordam e querem manter, enquanto que outros não consideram dar continuidade a comportamentos associados a comportamentos tóxicos (ex.: a falta de equidade de tarefas domésticas entre homens e mulheres). Ainda, alguns participantes referiram identificar-se mais com uma FP do que com outra(s), não tendo havido, no entanto, padrão quanto ao género das mesmas, apenas a proximidade de valores e identidade.

Quanto às figuras parentais, poderemos indicar que temos dois subgrupos: uns que corroboram o que acima foi indicado pelos emigrantes enquanto dificuldade em aceitar a diferença/aceitação de equidade; um outro de figuras parentais mais despertas para a diversidade e para a necessidade de adaptação e equidade em várias situações sociais, achando mesmo que os seus filhos é que não estão tão aptos a pensar de forma diferente à que defendem. Em todo o caso, a grande maioria das figuras parentais refere que o contacto com os filhos emigrados os fez ver o mundo de modo mais aberto. Ilustra-se como um excerto da narrativa da mãe Matilde:

«Com os meus filhos aprendo imenso, nomeadamente a olhar para o mundo com uma visão diferente, porque, com os anos, tentamos manter uma certa zona de conforto, que é a vivência que tivemos, estamos sempre um pouco ligados ao passado. Com a idade ainda mais nos ligamos ao passado, e os meus filhos têm-me dado uma grande ajuda naquilo que é a visão do mundo... do mundo atual e de situações que, por vezes, não olharia da mesma maneira, por isso... além da felicidade,

é esse motor para olhar para o presente mas também muito para o futuro, sem estar sempre ligada a um passado.»

E ainda a narrativa do pai Bento:

«eu sou mais rígido porque sou de uma outra geração. Não tenho, se calhar, a mesma flexibilidade que elas [referindo-se à filha emigrada e à que vive próxima] em aceitar a diferença, elas aceitam essa diferença muito mais facilmente do que eu. [...] Tenho determinados valores e formas de comportamento que não aceitam muito bem algumas “novidades” da sociedade, e portanto, é aí que nós nos diferenciamos. [...] isso não nos leva propriamente a uma discussão, ouço-as falar às vezes com naturalidade desse tipo de situações e isso a mim confrange-me um pouco, mas fico também satisfeito com terem uma voz crítica. Isso eu valorizo.»

Verifica-se, na generalidade a interseção dinâmica entre a solidariedade-conflito que pautam as diversas relações transnacionais e os valores entre diferentes gerações com diferentes vivências. Com foco nesta dinâmica, será interessante abordar o conflito consensual abaixo.

#### 5.1.10. Conflito consensual

No conflito consensual participa grande parte da amostra dos emigrantes e muito poucas figuras parentais.

Os dados evidenciam que a maior frequência de dados se aglomera nesta dimensão do conflito e tal se deve, na maioria dos casos, à percepção de figuras cuidadoras e estrutura familiar mais imediata como mais conservadora e menos apta a ver a diversidade que pode estar no «outro», produzindo conflito como resultado do choque cultural sentido, como acima referimos, resultando numa dificuldade dicotómica de resiliência no bem-estar e comunicação.

Embora a quase totalidade dos participantes EM identifique que os valores percebidos como base à dignidade humana, mas também às normas coletivas, foram transmitidos geracionalmente pela sua família ascendente – em especial as figuras cuidadoras –, identificando-se como concordantes dos mesmos, existe a sensação de que estes mesmos elementos não acompanharam a necessidade de ver e perceber o mundo de forma mais global e menos excludente e que tal se

pode dever à vivência em contextos normativos, como nos indica a participante Joana:

«viver com pessoas de diferentes nacionalidades... ter que aprender a conviver com pessoas muito diferentes, acabou por me tornar muito mais aberta em relação a: emigração, migração, guerra... tipo de política internacional [...] sobre migrantes, sobre os refugiados... se calhar, aí divergimos... começamos a divergir muito principalmente porque eu e a minha mãe temos vivências muito diferentes. O meu pai também foi emigrante, a minha mãe nunca foi emigrante... nasceu, cresceu e viveu sempre na mesma casa, sempre no mesmo sítio e, se calhar, acabamos por ter valores um bocadinho diferentes; de ver as coisas de uma maneira um bocadinho diferente... não que eles tenham menos respeito pelo valor da vida humana ou o que quer que seja, mas, se calhar, aceitamos as coisas e vemos as coisas de uma maneira um bocadinho diferente uns dos outros.»

e ainda no excerto da filha Sandra:

«partilho muito os valores dos meus pais [...] que acho que eles apesar de serem pessoas com um grau de licenciatura ambos... sinto que ambos têm ideias um pouco retrógradas [...] também tem a ver com a geração, pronto, as gerações são diferentes e há de facto uma certa intolerância para certas coisas da sociedade.»

Aproximadamente metade dos emigrantes refere que as opiniões e valores defendidos pelas figuras parentais criou já conflitos que levaram a processo de rutura na comunicação e à necessidade de evitamento dos temas em causa. Por um lado, referem questões de identidade cultural portuguesa que consideram como desadequadas, como o caso das touzadas ou a vivência de rituais de celebração típicos (ex.: o que devem ser roupas adequadas, cerimónias, condicionamento de comportamentos de modo a seguir tradições). Por outro, uma grande maioria refere que o modo como as figuras parentais veem com preconceito o acolhimento de estrangeiros, a aceitação de movimentos e políticas LGBTQI+, minorias étnicas e ainda o evitamento de risco na dimensão laboral, leva a desgaste e incompreensão.

Em alguns casos verifica-se ambivalência entre quererem informar e atualizar as figuras para questões que os mesmos consideram existir por falta de vivência de contextos de diversidade em Portugal e, em sentido oposto, quererem evitar os temas em causa, já que percebem que não podem mudar mais realidade alguma, como nos exemplifica a participante Cátia «eu sei que ela não vai mudar de opinião, mas a gente desculpa isso às vezes, mas sem ficar chateada comigo ou com o meu pai ou ficar chateada com ela ou assim». Esta tendência acentua-se quando os temas não tocam de forma direta a vida dos participantes e situam-se no quadro macro cultural.

O conflito verifica-se, na maioria dos casos, centrado em uma das figuras parentais, servindo a outra como amortecedor nos momentos de crise e permitindo a resolução de forma mais funcional. De anotar, neste sentido, que o conflito verificado entre os valores parentais-filiais misturam-se com os próprios valores macro culturais e vão-se resolvendo em simultâneo: quanto menor o conflito por questões diretas das suas narrativas, maior a capacidade de diálogo de modo a encontrar pontos de compreensão ou viverem situações de evitamento emocional de forma menos desgastante. Por outro lado, este mecanismo de  *coping*  é percebido como promotor de ambivalência na relação filial-parental (Albert & Ferring, 2013).

Ainda como conflito e modo de  *coping*  associado ao mesmo, destaca-se que a maioria inicialmente tenta comunicação assertiva sobre o que considera ser o adequado ao seu quadro de valores, sendo poucos os que referem sentir sucesso na comunicação e resolução das diferenças. A grande maioria, após este momento, transita para situação de evitamento do tema, considerando que já deixaram presente a sua opinião, considerando como válido o seu quadro de valores pessoal após afirmação, como podemos ver no exemplo do filho Guilherme:

«a gestão era... as coisas iam ser à minha maneira ponto final parágrafo! Discutam mais ou discutam menos... porque mesmo que eles não concordem com a maneira de ser, de estar ou de agir ou como é que eu faço as coisas, ou combino as coisas, etc., é pá... parte do início e no final parte de mim, portanto, se eu não quero não quero!»

E, ainda, o Joaquim

«diferenças de opinião sobre determinados assuntos, se calhar no passado eu discutia mais, tentava defender o meu ponto de vista, mostrar... mostrar... porque é que eu achava que tinha razão. Hoje em dia não discuto muito, deixo as coisas passar, não me interessa discutir. Se os meus pais tiverem uma opinião diferente eu aceito a opinião deles, mas, também não vou mudar a minha. Lido bem com isso, mas, se calhar, quando eu era mais novo, tinha de justificar porque é que tinha uma opinião diferente e porque é que queria fazer as coisas diferentes [...] Já posso ter as minhas próprias ideias e fazer aquilo que entender que está certo.»

Alguns emigrantes referem que há corte de relação com as figuras parentais, sendo a mesma retomada após percepção de consciencialização de limites pessoais e de grupo. Um caso isolado refere que rejeitou por completo os valores parentais.

De notar, como frequente na maioria dos casos, que existe percepção de que existe necessidade de relevar e/ou considerar-se como menos importante o conflito e evitar o mesmo, já que há menos tempo presencial para resolver situações de crise, no entanto, deixando nota de que é percebida como um momento de desgaste, como ilustra a Carina:

«eles não veem como eu vivo todos os dias, portanto, eles não têm de olhar para o facto de eu não estar a comer carne todos os dias, nem dos meus amigos serem gays ou qualquer coisa, porque eu estou longe, portanto, o facto de estarmos ligeiramente afastados faz com que também esses problemas sejam menores, porque, se estivéssemos todos os dias juntos, se calhar, havia mais fricção, mas como não há... longe da vista... (ri-se), é um bocadinho assim, mas... mas gere-se bem.»

Alguns participantes EM indicaram que uma das formas de resignificar a divergência de valores é aproveitar apenas parte dos valores e opiniões que consideram adequados, como refere o Lucas «eu [quero] poder dar ao meu filho aquilo que eu não pude ter e [...] de alguma maneira... mais valores... é obviamente: a honestidade e a coragem... coragem, [de] sair de um país e abandonar uma vida que não era assim tão má», e transitar para a educação das gerações descendentes o que não era conflituoso ou não negociado na relação com as FP.

## 6. Reflexões (integrais) às narrativas

### 6.1. Reinvenção entre o digital e o presencial

Um dos dados muito interessantes nos dois estudos foi sobre a necessária reflexão das dinâmicas entre o digital e o presencial. As famílias transnacionais não podem existir no mesmo território geográfico, mas quando a presença digital e a presencial se combinam, temos uma reinvenção das relações familiares, o que é expansível a todas as outras realidades sociais em que estas pessoas se inserem.

Todos os membros destas famílias (quer emigrantes, quer figuras parentais em Portugal), referiram que a sua presença e participação na família são frequentes e intensas em todos os momentos e contribuem, sobremaneira, para a sua perceção de conexão e bem-estar. O que é interessante para se (re)pensar o espaço relacional como algo se constrói constantemente e que se adapta.

Pensando na questão de «mas como?», é importante destacar que os rituais familiares diários, celebrativos ou ocasionais são vivenciados presencial e digitalmente, alterando a visão clássica de que a proximidade geográfica reflete a capacidade e a vontade de interagir, o que vai ao encontro das abordagens mais recentes sobre as famílias transnacionais, que referem a importância da conexão híbrida para o contacto e o cuidado entre membros em diferentes países e entre diferentes gerações (Baldassar & Merla, 2014; Baldassar *et al.*, 2016; Barros, 2023; Barros *et al.*, 2024). Simultaneamente, quase todas as pessoas de ambas as gerações indicam que a sua presença familiar melhorou o bem-estar e a conexão, quando comparado com antes da migração, mas também aprenderem a gerir melhor situações de conflito e ambivalência nas suas famílias (Albert & Ferring, 2018).

Embora entusiasmados com tais dinâmicas, ficamos intrigados com alguns dados que nos apareceram secundariamente, como o caso da literacia digital. Vejamos: os filhos e as filhas (entrevistados/as no período pré-COVID) tendem a considerar que as figuras parentais não têm literacia digital suficiente em matéria de segurança *online*. Para compreender esta questão, perguntámos às figuras parentais (no período pós-COVID, com um aumento exponencial da utilização do digital) qual a sua formação/consciencialização sobre segurança na utilização de ferramentas *online* – por exemplo: se sabiam como utilizar um antivírus ou o que são esquemas

de *phishing*. Os resultados são alarmantes, já que a maioria demonstra total desconhecimento sobre os problemas inerentes à segurança *online*.

Quando consultamos especialistas para a construção de guiões de entrevistas, também estes apontaram esta fragilidade no contacto com populações idênticas, pelo que recomendaram abordar questões inerentes às variáveis sociodemográficas, em que as pessoas mais velhas e com menor escolaridade formal devem ser priorizadas na aquisição de competências digitais.

Estes dados corroboram a literatura da área que nos indica a necessidade de se ver interseccionalmente qualquer vulnerabilidade. Isto é, não podemos considerar isoladamente a idade ou a baixa formação como pontos de fragilidade, mas antes a «soma» de todos estes fatores que colocam a pessoa mais ou menos exposta perante o problema (ex.: Ganito, 2018). Neste caso, ser-se mais idoso, ter-se menos formação, viver-se num espaço mais rural e/ou sem acesso a formação para a terceira idade, bem como ter-se menos círculo social de pessoas com diferentes contextos sociais, tendem a ser fatores de alerta ao bem-estar e segurança digital destas figuras parentais.

Embora não possamos fazer uma comparação de comportamentos entre as amostras – por uma questão de rigor metodológico – é de notar que em todos os estudos, as participantes mulheres enfatizaram a importância do afeto e dos cuidados emocionais, enquanto os homens tendem a enfatizar o lado funcional do apoio. Ou seja, os homens tendem a ter mais contacto com base na ideia de suporte em tarefas diárias (ex.: como compor algo em casa; qual carro escolher), enquanto as mulheres demonstram igualmente este suporte, mas é mais acentuada e profunda a partilha sobre as emoções e vivências do dia-a-dia. Curiosamente, estas diferenças esbatem-se quando existe uma nova geração descende: filhos/as dos/as emigrantes, ou seja, netos/as destas figuras parentais. Embora este estudo não tenha amostras representativas, interessa-nos refletir sobre estes dados à luz das teorias da migração que enfatizam o género como uma variável que pode alterar o tipo de presença/conexão que é percebida (e.g. Santos, 2024); ou mesmo a necessidade de visibilidade da migração feminina, uma vez que o cuidado é circular e interseccional (Christou & Kofman, 2022).

Assim, sugere-se tentar garantir o acesso digital à comunicação, tanto para os que emigraram como para os que permanecem no país de origem. Isto reduzirá certamente o risco de isolamento e a manutenção de

dinâmicas, bem como permite aumentar o potencial de comunicação com outras redes de pessoas que apoiam estes indivíduos. Parece também importante desenvolver programas transversais de formação digital para a utilização (e segurança) dos meios digitais para todos, com enfoque nas populações mais vulneráveis.

## 6.2. Normas e valores à luz da integração

As mudanças na percepção do que cada elemento considera serem normas/valores e expectativas sobre as suas vidas ou sobre a sociedade conduzem a uma relação que, embora relatada por todos como mais adequada, tende a ter aspetos marcados de conflito e ambivalência – o que vai ao encontro de autores na área (Albert & Ferring, 2018; Lowenstein, 2007).

A experiência intercultural dos jovens adultos emigrantes conduz a novas construções sociais sistémicas de «quem sou eu e quem é o outro». Os emigrantes revelam coesão na sua percepção da vida familiar com os pais no país de origem (por exemplo, responsabilidades de cuidados se alguém adoecer). Ao mesmo tempo, indicam que os seus pais tendem a ter uma visão mais reduzida da inclusão social e da migração ou mesmo uma visão do trabalho por não considerarem o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Entretanto, as figuras parentais indicam que não concordam com algumas situações com os seus filhos emigrantes (por exemplo, não conseguem ter a mesma abertura perante «o Outro»), mas indicam que aprendem muito com a experiência intercultural e aberta que aprenderam com o contacto com os seus filhos emigrantes.

Assim, em consonância com a autora Ramos (2013), aponta-se para a necessidade de considerar como uma prática importante o desenvolvimento de competências individuais que permitam interações sociais harmoniosas entre indivíduos e culturas e que promovam uma atitude de descentração. Isto permite que o que são considerados valores e normas se tornem mais flexíveis, de modo que as características pessoais deixem de ser apresentadas como definitivas e universais, evitando assim comportamentos intolerantes e discriminatórios.

### 6.3. Intervenção transdisciplinar

Uma vez que as necessidades da família são multidimensionais – seja para cada membro ou para parte/todo o grupo – são inúmeros os desafios à sua resiliência no contexto sociocultural. Isto é especialmente evidente quando há uma negociação para adaptação e integração na migração (Pickren, 2014), e emergem tendências mais «conectoras ou isoladoras» (Barros *et al.*, 2023).

Em consulta aos peritos na adaptação dos guiões de entrevista, todos indicaram que o apoio prestado aos membros das famílias transnacionais deve ser adequado e que os colaboradores das várias áreas sociais/saúde devem ser sensibilizados para: *a)* os aspectos linguísticos; *b)* as regras/leis de cada país onde vivem esses membros; *c)* as expectativas sociais do contexto; bem como *d)* a dinâmica entre o digital e o presencial, com vidas em países diferentes. Como podemos verificar nas palavras de Joana (trabalha na área de apoio à família): «As dificuldades de envelhecer são muito diferentes quando temos filhos próximos ou distantes, e isso não deve ser esquecido quando solicitamos o apoio de outros familiares que, neste caso, estão noutra país», assim como Sara (Psicóloga em contexto comunitário) que nos diz que «é impossível não considerar interseccionalmente o género, a idade, as competências financeiras ou linguísticas quando se procura uma intervenção adequada», o que aponta para a necessidade de considerar as vulnerabilidades dentro do contexto (Santos *et al.*, 2024).

Assim, recomendamos apoio profissional e integral para as famílias transnacionais. Se os membros da família têm dificuldade em lidar com os desafios de viver em países diferentes, ou mesmo com os desafios da vida quotidiana, é necessário procurar apoio profissional que integre o contexto individual/local, mas também as dinâmicas relacionais transnacionais. É importante que psicólogos, educadores, assistentes sociais, pessoal médico e todos os outros profissionais de intervenção estejam conscientes dos recursos humanos e materiais que podem ser diferentes dos que se encontram em situações de habitação no mesmo espaço. Estes profissionais devem ter em conta os aspetos culturais e concretos da experiência de cada país, para reforçar o conhecimento geral das suas áreas.

Esta recomendação, que corrobora alguma da literatura no terreno (ver Dito *et al.*, 2017; Donato & Duncan, 2011; Mazzucato *et al.*, 2015; Wen &

Lin, 2012), destaca o papel da cultura e das instituições mais inclusivas e melhor informadas que podem desenvolver novas forças nas escolas, nas percepções dos papéis das expectativas familiares, bem como nos serviços de apoio à comunidade.

## Parte III – Boas práticas

### 1. Comunicação regular e aberta com uso de tecnologias:

Estabelecer canais de comunicação consistentes, seja através de chamadas de vídeo, mensagens ou *e-mails*, é crucial para manter os laços familiares. A conexão digital permite que tanto jovens emigrantes quanto os seus pais tenham espaço para expressar sentimentos, preocupações, sucessos e estejam presentes com frequência na vida uns dos outros, fortalecendo vínculos emocionais.

### 2. Presença entre o digital e o presencial:

Manter conexão digital é essencial, mas isoladamente não é suficiente. É relevante manter a comunicação-presença entre o presencial (ex.: férias, eventos de família, possíveis viagens ocasionais) e o digital (ex.: videochamadas, mensagens, *e-mails*, redes sociais), já que ambas contribuem para o suporte (e presença) integral.

### 3. Digital para todos/as:

Verificamos que a «novidade» do contexto digital e a falta de formação generalizada sobre o uso de ferramentas tecnológicas, torna importante capacitarmos indivíduos com menos competências no domínio. Destaca-se a importância de capacitar sobretudo as pessoas mais idosas ou com empregos onde aprender tecnologias digitais não seja tão frequente.

#### 4. Respeitar as diferenças culturais

Reconhecer e respeitar as diferenças culturais entre o país de origem e o país de destino é essencial para evitar mal-entendidos e conflitos. As famílias em Portugal devem estar abertas a compreender e aceitar novas experiências, perspetivas e tradições culturais com os jovens emigrantes, enquanto que estes devem aceitar a cultura do país de origem.

#### 5. Manter e adaptar rituais familiares

Apesar da distância física, é importante continuar a manter (e até reinventar) rituais familiares mais ou menos frequentes, como feriados, datas festivas, aniversários, ou simples contactos quotidianos. Reforça-se a importância do contexto digital.

#### 6. Apoio emocional

Os jovens emigrantes podem enfrentar desafios emocionais ao adaptarem-se a uma nova cultura, idioma e ambiente. Os pais devem oferecer apoio emocional, encorajamento e compreensão durante este período de transição. Além disso, os jovens devem estar cientes de que os pais também podem enfrentar dificuldades emocionais ao lidar com a partida dos filhos e com a ideia de ninho vazio.

#### 7. Planeamento financeiro

Discutir abertamente questões financeiras e estabelecer um plano financeiro claro pode ajudar a aliviar preocupações e garantir a estabilidade financeira tanto para os emigrantes quanto para os pais que ficam no país de origem. Isso inclui a definição de responsabilidades financeiras, como despesas com casa, educação e cuidados de saúde. Saber como podem gerir as decisões seja a curto ou a longo prazo, potencia o bem-estar das duas gerações.

## 8. Envolver-se nas comunidades onde vivem

Encorajar os jovens emigrantes a integrarem-se na comunidade local no país de destino pode ajudá-los a construir uma rede de apoio fora da família. Isso pode incluir participar em atividades culturais, voluntariado ou grupos de interesse comum, o que também contribui para uma experiência de emigração mais enriquecedora. Verifica-se que esta potencialidade também se aplica a «quem ficou» em Portugal. Embora num contexto diferente dos filhos que emigraram, integrar-se nas comunidades locais pode ser essencial para evitar o isolamento e aumentar a integração social.

## 9. Educação intercultural

Promover a educação intercultural dentro da família é essencial para entender e respeitar as diferentes perspetivas culturais e sociais. Os pais podem incentivar os jovens emigrantes a aprenderem mais sobre a cultura do país de destino, ao mesmo tempo que partilham as tradições e valores da sua própria cultura.

## 10. Estabelecer metas e expectativas claras

É importante que tanto os jovens emigrantes quanto os pais que permanecem no país de origem tenham metas e expectativas claras em relação à experiência de emigração. Definir objetivos realistas, como desenvolvimento profissional, educação ou eventual retorno, pode ajudar a direcionar os esforços e a manter a motivação ao longo do processo.

## 11. Cuidar da saúde mental

A emigração é um processo emocionalmente desafiador para todas as partes envolvidas. Promover a saúde mental e o bem-estar emocional é fundamental. Isso pode incluir a procura de apoio profissional e (re)aprender rotinas saudáveis de autocuidado, como exercícios físicos, meditação e passatempos que proporcionem relaxamento e alívio do *stress*.

## 12. Incentivar a independência

Os pais devem encorajar a independência dos jovens emigrantes, apoiando-os na procura de oportunidades de educação, emprego e desenvolvimento pessoal no país de destino. Ao mesmo tempo, os jovens emigrantes devem reconhecer a importância de manter laços familiares e de comunicar regularmente com os seus familiares.

## 13. Resolução construtiva de conflitos

Os conflitos/ambivalência familiar podem surgir com frequência devido a diferenças culturais, expectativas divergentes ou simplesmente pela distância física que nos faz não ver a realidade de ação do «outro». É importante abordar os conflitos de forma construtiva, através do diálogo aberto, da empatia e uma relação de compromisso mútuo.

## 14. Celebrar conquistas e marcos

Reconhecer e celebrar as conquistas e marcos importantes na vida dos membros da família, quer sejam pessoais, académicos ou profissionais, é uma forma de fortalecer laços familiares e de reforçar o apoio mútuo.

## 15. Explorar oportunidades de educação bilíngue/multilíngue

Se os jovens emigrantes têm filhos ou planeiam ter no futuro, considerar oportunidades de educação bilíngue ou multilíngue pode ser benéfico para preservar a comunicação. Participar em programas de língua ou grupos culturais locais pode ajudar a manter essa conexão.

## 16. Fomentar a resiliência e o crescimento pessoal

Tanto os jovens emigrantes quanto os pais no país de origem podem beneficiar do desenvolvimento da resiliência e do crescimento pessoal. Encorajar a aprendizagem contínua, a exploração de novas oportunidades

e o enfrentamento dos desafios pode fortalecer a capacidade de adaptação de todos os membros da família.

#### 17. Manter um registo familiar

Criar um registo familiar (por exemplo, álbuns) que documentem as histórias, memórias e genealogia da família pode ser uma forma de preservar a identidade e a história familiar ao longo do tempo. Tal pode ser feito através de álbuns de fotos, diários familiares, vídeos ou plataformas digitais.

#### 18. Promover a igualdade de género e a diversidade familiar

É importante promover a igualdade de género e a diversidade familiar dentro da família transnacional, reconhecendo e respeitando as diferentes identidades, papéis e contribuições de cada membro da família, independentemente do género, orientação sexual ou origem cultural.

## Posfácio

O presente estudo de Carlos Barros tem uma dupla função. Por um lado, documenta a investigação original levada a cabo pelo autor desde o seu doutoramento. Por outro lado, o livro pode servir como um manual para enfrentar os desafios que as famílias vivem quando os seus membros jovens deixam o país e procuram novas oportunidades no estrangeiro. Baseado num enquadramento teórico robusto e na análise sistemática de experiências e testemunhos diversos cuidadosamente recolhidos, os capítulos deste manual apontam para desafios e soluções que podem fazer da migração um projeto familiar conjunto. Em vez de olhar para a migração como um fenómeno de separação e de distância, Carlos Barros pretende propor atitudes e práticas de «mais conexão» em que as famílias transnacionais descubrem novas formas de partilha e comunicação.

O trabalho de Carlos Barros foi desenvolvido no âmbito do programa de pós-doutoramento em Desenvolvimento Humano Integral promovido pela CADOS, Católica Doctoral School. O projeto insere-se na primeira coorte deste programa, cujos estudos abordaram questões da migração e dos desafios daí resultantes nos *media*, nas famílias, na saúde ou na educação.

Inspirado na Encíclica *Laudato Si'*, o programa de pós-doutoramento tem como pilar a promoção de uma sociedade mais humana, onde o desenvolvimento integral significa promover a pessoa em toda a sua integralidade; significa promover o bem comum, em todas as dimensões individuais e comunitárias. O programa dá especial atenção às periferias, fragilidades e vulnerabilidades da sociedade contemporânea portuguesa, procurando proporcionar o desenvolvimento de cada pessoa e de toda a pessoa.

O projeto de Carlos Barros é um excelente exemplo desta visão do Desenvolvimento Humano Integral: as famílias que mantêm e reencontram a sua conexão pelo bem de cada um dos seus membros e num conceito de desenvolvimento que vai muito além do progresso económico e social em busca da dignidade humana.

Peter Hanenberg

Coordenador do Programa de Pós-doutoramento em Desenvolvimento Humano Integral  
Vice-Reitor para a Investigação e Formação Doutoral da Universidade Católica Portuguesa



## Referências bibliográficas

- ALARCÃO, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares: uma visão sistêmica*. Quarteto.
- ALBERT, I., & Ferring, D. (2013). Grandparent-grandchild relations in a changing society: Different types and roles. In I. Albert & D. Ferring (Eds.). *Intergenerational relations: European perspectives in family and society* (pp. 147-165). Policy Press.
- ALBERT, I., & Ferring, D. (2018). Intergenerational solidarity in adulthood: The role of family norms in intergenerational support and ambivalence. *Društvena istraživanja: Journal for General Social Issues*, 27(1), 5-25.
- ALTMAN, S. H., & Shactman, D. I. (Eds.). (2002). *Policies for an aging society*. Johns Hopkins University Press.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (2018). *Ethics committee, rules and procedures*.
- ANAUT, M. (2003). *La resilience: Surmonter les traumatismes*. Nathan Université.
- ANTHONY, E. J. (1987). Risk, vulnerability, and resilience: An overview. In E. J. Anthony & B. J. Cohler (Eds.), *The Guilford psychiatry series. The invulnerable child* (pp. 3-48). Guilford Press.
- ANTONOVSKY, A. & Sourani, T. (1988). Family sense of coherence and family adaptation. *Journal of Marriage and the Family*, 50(1), 79-92.
- ANTONUCCI, T. C., Jackson, J. S., & Biggs, S. (2007). Intergenerational relations: Theory, research, and policy. *Journal of Social Issues*, 63(4), 679-693.
- APPADURAI, A. (2004). The Capacity to Aspire: Culture and the Terms of Recognition. In Rao, V. & Walton, M. (Eds.), *Culture and Public Action* (pp. 59-84). Stanford University Press.
- ASHMORE, R. D., Deaux, K., & McLaughlin-Volpe, T. (2004). An organizing framework for collective identity: Articulation and significance of multidimensionality. *Psychological Bulletin*, 130(1), 80-114.
- ATALLAH, D. G. (2017). A community-based qualitative study of intergenerational resilience with Palestinian refugee families facing structural violence and historical trauma. *Transcultural Psychiatry*, 54(3), 357-383.
- BACIGALUPE, G., & Parker, K. (2016). Conexões transnacionais através de tecnologias emergentes. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(56), 94-107.

- BAKER, M., & Benjamin, D. (1997). The role of the family in immigrants' labor-market activity: an evaluation of alternative explanations. *The American Economic Review*, 87(4), 705-727.
- BALDASSAR, L., & Merla, L. (2014). Introduction: Transnational family caregiving through the lens of circulation. In L. Baldassar & L. Merla (Eds.). *Transnational families, migration and the circulation of care: Understanding mobility and absence in family life* (pp. 3-24). Routledge.
- BARROS, C. (2023). Connection in transnational families. Presence between face-to-face and digital spaces in Portuguese Emigrants. *Trends In Psychology*.
- BARROS, C., Hanenberg, P. & Santos, A. S. (2024). Reframing Relational Space. Migration From The Perspective of Those 'Who Stay'. *Human Arenas*.
- BAYKARA-KRUMME, H., & Fokkema, T. (2019). The impact of migration on intergenerational solidarity types. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(10), 1707-1727.
- BEISER, M. (2005). The health of immigrants and refugees in Canada. *Canadian Journal of Public Health*, 96, S30-S44.
- BENGSTON, V. L. & Mangen, D. J. (1988). Family intergenerational solidarity revisited. In D. J. Mangen, V. L. Bengston & P. H. Landry (Eds.). *Measurement of intergenerational relations* (pp. 222-238). Sage Publications.
- BENGSTON, V. L., & Oyama, P. S. (2007). *Intergenerational solidarity: Strengthening economic and social ties*. United Nations.
- BENGSTON, V. L., Giarrusso, R., Silverstein, M., & Wang, H. (2000). Families and intergenerational relationships in ageing societies. *Hallym International Journal of Ageing*, 2(1), 3-10.
- BENGSTON, V. L., Marti, G., & Roberts, R. E. L. (1991). Age group relations: Generational equity and inequity. In K. Pillemer & K. McCartney (Eds.). *Parent-child relations across the lifespan* (pp. 253-278). Lawrence Erlbaum Associates.
- BENGSTON, V. L., Lowenstein, A., Putney, N.M. & Gans, D. (2003). Global aging and the challenge to families. In V. L. Bengston & A. Lowenstein (Eds.). *Global aging and challenges to families* (pp. 1-24). Aldine de Gruyter.
- BENGSTON, V., Giarrusso, R., Mabry, J. B., & Silverstein, M. (2002). Solidarity, conflict, and ambivalence: Complementary or competing perspectives on intergenerational relationships? *Journal of Marriage and the Family*, 568-576.
- BENNETT, H., & Colleen, R. (1997). The relationship between tenure, stress, and coping strategies of South African immigrants to New Zealand. *South African Journal of Psychology*, 27(3), 160-166.

- BINSTOCK, R. (2005). Old-age policies, politics, and ageism. *Generations*, 29(3), 73-78.
- BIRKS, M., & Mills, J. (2011). *Grounded theory: A practical guide*. Sage.
- BONANNO, G. A. (2004). Loss, trauma, and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *American Psychologist*, 59(1), 20-28.
- BORDONE, V., & de Valk, H. A. (2016). Intergenerational support among migrant families in Europe. *European Journal of Ageing*, 13(3), 259-270.
- BOYD, M., & Grieco, E. (2003). *Women and migration: Incorporating gender into international migration theory*. The online journal of the migration policy institute.
- BRAGA, L. L., Mello, M. F., & Fiks, J. P. (2012). Transgenerational transmission of trauma and resilience: A qualitative study with Brazilian offspring of Holocaust survivors. *BMC psychiatry*, 12(1), 1-11.
- BRAUN, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- BRONFENBRENNER, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32(7), 513-531.
- BRONFENBRENNER, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.
- BRONFENBRENNER, U. (2005). *Making human beings human: Biological perspectives on human development*. Sage Publications.
- BRONFENBRENNER, U., & Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review*, 101(4), 568-586.
- BRONFENBRENNER, U., Morris, P. A., Damon, W., & Lerner, R. M. (2006). *Handbook of child psychology: The ecology of developmental process*. Wiley Publishers.
- BROWN, P. G. (2016). College student development in digital spaces. *New Directions for Student Services*, 2016(155), 59-73.
- BRYCESON, D. F., & Vuorela, U. (Eds.). (2002). *The transnational family: New European frontiers and global networks*. Berg.
- BUHLER, C. (1962). *Values in Psychotherapy*. Free Press Glencoe.
- CELA, E., & Fokkema, T. (2017). Being lonely later in life: A qualitative study among Albanians and Moroccans in Italy. *Ageing & Society*, 37(6).
- CHARMAZ, K. (2006). *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis*. Sage.

- CHARMAZ, K. (2008). Constructionism and the grounded theory method. In J. A. Holstein & J. F. Gubrium (Eds.). *Handbook of constructionist research* (pp. 397-412). The Guildford Press.
- CHARMAZ, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: Guia prático para análise qualitativa*. Artmed.
- CHRISTOU, A., & Kofman, E. (2022). *Gender and migration*. Springer Nature.
- CLARKE, E. J., Preston, M., Raksin, J., & Bengtson, V. L. (1999). Types of conflicts and tensions between older parents and adult children. *The Gerontologist*, 39(3), 261-270.
- COIMBRA, S. (2008). *Estudo diferencial de autoeficácia e resiliência na antecipação da vida adulta*. [Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto]. Repositório aberto da Universidade do Porto.
- COIMBRA, S., & Mendonça, M. G. (2013). Intergenerational solidarity and satisfaction with life: Mediation effects with emerging adults. *Paidéia*, 23(55), 161-169.
- COIMBRA, S., Ribeiro, L., & Fontaine, A. M. (2013). Intergenerational solidarity in an ageing society: Sociodemographic determinants of intergenerational support to elderly parents. In I. Albert & D. Ferring (Eds.). *Intergenerational relations: European perspectives on family and society* (pp. 205-222). The Policy Press.
- CONNIDIS, I. A. & McMullin, J. A. (2002). Sociological ambivalence and family ties: A critical perspective. *Journal of Marriage and Family*, 64(3), 558-567.
- CREESE, G. L., McLaren, A. T., & Dyck, I. (1999). *Reconstituting the family: Negotiating immigration and settlement*. Centre of Excellence.
- DE JONG, G. F., Chamrathirong, A., & Tran, Q. G. (2002). For better, for worse: Life satisfaction consequences of migration. *International Migration Review*, 36(3), 838-863.
- DEFRAIN, J. (1999). Strong families. *Family Matters*, 53, 6-13.
- DENOV, M., Fennig, M., Rabiau, M. A., & Shevell, M. C. (2019). Intergenerational resilience in families affected by war, displacement, and migration: «It runs in the family». *Journal of family social work*, 22(1), 17-45.
- DIAS, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica – O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e desenvolvimento*, 19, 139-156.
- DITO, B. B., Mazzucato, V., & Schans, D. (2017). The effects of transnational parenting on the subjective health and well-being of Ghanaian migrants in the Netherlands. *Population, Space and Place*, 23(3).

- DONATO, K. M., & Duncan, E. M. (2011). Migration, social networks, and child health in Mexican families. *Journal of Marriage and Family*, 73(4), 713-728.
- DUBROVA, O., Kirillova, I., Orlova, A., Stryapikhina, A., & Semenov, S. (2021). Digital instruments in educational activities. *Revista Eduweb*, 15(3), 139-149.
- DUMON, W. A. (1989). Family and migration. *International migration*, 27(2), 251-270.
- DYKSTRA and FOKKEMA (2011). Relationships between parents and their adult children: A West European typology of late-life families, *Ageing and Society* 31(4), 545-569.
- ESTEVEES, A., Fonseca, M. L., & Malheiros, J. (2005). Portugal – a new country of immigration. In: *Europe des migrations / Europe de développement* (pp. 117-140). Institut Panos.
- FAIST, T. (2004). The transnational turn in migration research: Perspectives for the study of politics and polity. In M. P. Frykman (Ed.). *Transnational Spaces: Disciplinary Perspectives* (pp. 11-45). Malmö University.
- FERGUS, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent resilience: a framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annual Review of Public Health*, 26(1), 399-419.
- FERREIRA, C. (2009). Identidades lusófonas em rede: importância da internet na relação dos emigrantes portugueses nos EUA com a cultura de origem. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2009*.
- FINGERMAN, K. L., Hay, E. L., & Birditt, K. S. (2004). The best of ties, the worst of ties: Close, problematic, and ambivalent social relationships. *Journal of Marriage and Family*, 66(3), 792-808.
- FONSECA, M., Ormond, M., Malheiros, J., Patrício, M., & Martins, F. (2005). *Reunificação familiar e imigração em Portugal*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- FREUD, S. (1913). *O caso de Schreber: Artigos sobre técnica e outros trabalhos*. Imago.
- GAMEIRO, J., & Sampaio, D. (2005). *Terapia familiar*. Edições Afrontamento.
- GANITO, C. (2018). Gendering old age: The role of mobile phones in the experience of aging for women. In *Human Aspects of IT for the Aged Population. Acceptance, Communication and Participation: 4th International Conference, ITAP 2018, Held as Part of HCI International 2018, Las Vegas, NV, USA, July 15-20, 2018, Proceedings, Part I 4* (pp. 40-51). Springer International Publishing.
- GARRIDO, M. V., Azevedo, C., & Palma, T. (2011). Cognição social: Fundamentos, formulações actuais e perspectivas futuras. *Psicologia*, (1), 113-157.

- GATO, J. (2014). *Homoparentalidades: Perspetivas psicológicas*. Edições Almedina.
- GOMES, R. M., Lopes, J. T., Vaz, H., Cerdeira, L., Ganga, R., Machado, M. L., Magalhães, D., Cabrito, B., Patrocínio, T., Silva, S., Brites, R., & Peixoto, P. (2015). *Fuga de cérebros: Retratos da emigração portuguesa qualificada*. Bertrand Editora.
- GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Princípia Editora.
- HAAN, L. D., Hawley, D., R. & Deal, J. E. (2002). Operationalizing family resilience: A methodological strategy. *American Journal of Family Therapy*, 30(4), 275-291.
- HANENBERG, P. (2018). *Cognitive culture studies*. Universidade Católica Editora.
- HĂRĂGUȘ, M., & Telegdi-Csetri, V. (2018). Intergenerational solidarity in Romanian transnational families. In I. Crespi, S. Giada Meda, & L. Merla (Eds.). *Making Multicultural Families in Europe* (pp. 161-177). Palgrave Macmillan.
- HAWLEY, D. R. (2000). Clinical implications of family resilience. *American Journal of Family Therapy*, 28(2), 101-116.
- HERMANS, H. J. M., & Kempen, H. J. G. (1998). Moving cultures: The perilous problems of cultural dichotomies in a globalizing society. *American Psychologist*, 53(10), 1111-1120.
- HOLLOWAY, I., & Todres, L. (2003). The status of method: Flexibility, consistency and coherence. *Qualitative Research*, 3(3), 345-357.
- ILIC, P. (2020). Mapping the Digital Ecosystem for Education, *Sixth International Conference on e-Learning (econf)*, Sakheer, Bahrain (pp. 275-278).
- JAYASUNDERE, R., Abeyasekera, A., & Idamegama, K. (2015). *Sri Lankan migrant domestic workers: The impact of Sri Lankan policies on workers' right to freely access employment*. Colombo.
- KATZ, R., Lowenstein, A., Phillips, J., & Daatland, S. O. (2005). Theorizing intergenerational family relations: Solidarity, conflict and ambivalence in cross-national contexts. In Bengston, V. L., Acock, A. C., Allen, K. R., Dilworth-Anderson, P., & Klein, D. M. (Eds.). *Sourcebook of family theory and research* (pp. 393-402). Sage.
- LANCEE, B. (2012). The economic returns of bonding and bridging social capital for immigrant men in Germany. *Ethnic and Racial Studies*, 35(4), 664-683.
- LAWTON, L., Silverstein, M., & Bengston, V. (1994). Affect, Social Contact, and Geographic Distance between parents and their adult children. *Journal of Marriage and the Family*, 56(1), 57-68.

- LEME, V. B. R., Falcão, A. O., Morais, G. A. D., Braz, A. C., Coimbra, S., & Fernandes, L. D. M. (2016). Intergenerational Solidarity Family in Brazilian research: integrative review of the literature. *Revista da SPAGESP*, 17(2), 37-52.
- LEVITT, P. (2001). Transnational migration: taking stock and future directions. *Global Networks*, 1(3), 195-216.
- LOWENSTEIN, A. (2007). Solidarity-conflict and ambivalence: Testing two conceptual frameworks and their impact on quality of life for older family members. *The Journals of Gerontology: Series B*, 62(2), 100-107.
- LÜSCHER, K. (2004). Conceptualizing and uncovering intergenerational ambivalence. In K. Pillemer & K. Lüscher (Eds.). *Intergenerational ambivalences: New perspectives on parent-child relations in later life*. (pp. 23-62). Emerald Group Publishing.
- LÜSCHER, K., & Pillemer, K. (1998). Intergenerational ambivalence: A new approach to the study of parent-child relations in later life. *Journal of Marriage and the Family*, 60(2), 413-425.
- MAIA, C. & Fernandes, O. (2015). *A Família Portuguesa no séc. XXI*. Parsifal.
- MANDAYAM, G. S. (2004). *Intergenerational exchange in transnational families: Asian Indian experience in the United States* [Tese de Doutorado, Arizona State University].
- MARSHALL, V. W., Matthews, S. H., & Rosenthal, C. J. (1993). The elusiveness of family life: A challenge for the sociology of aging. In G. L. Maddox & M. P. Lawton (Eds.). *Annual review of gerontology and geriatrics*. Springer.
- MARTINS, E., & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, 4(1), 12-25.
- MASSEY, D. S. (1990). The social and economic origins of immigration. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 510(1), 60-72.
- MASTEN, A. S. (2014). *Ordinary magic: Resilience in development*. Guilford Press.
- MASTEN, A. S., & Wright, M. O. (2009). Resilience over the lifespan: Developmental perspectives on resistance, recovery, and transformation. In J. W. Reich, A. J. Zautra, & J. S. Hall (Eds.). *Handbook of adult resilience* (pp. 213-237). The Guilford Press.
- MATEIA, E. K. (2018). *O Impacto das novas tecnologias de informação e comunicação na família contemporânea: Um estudo sobre as «relações entre pais e filhos»*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.

- MATUSITZ, J., & Musambira, G. (2013). Power distance, uncertainty avoidance, and technology: Analyzing Hofstede's dimensions and human development indicators. *Journal of Technology in Human Services*, 31(1), 42-60.
- MAZZUCATO, M. (2011). The entrepreneurial state. *Soundings*, 49, 131-142.
- MAZZUCATO, V., Cebotari, V., Veale, A., White, A., Grassi, M., & Vivet, J. (2015). International parental migration and the psychological well-being of children in Ghana, Nigeria, and Angola. *Social Science & Medicine*, 132, 215-224.
- MAZZUCATO, V., van Dijk, C. Horst & De Vries, P. (2004) Transcending the nation: Explorations of transnationalism as a concept and phenomenon. In D. Kalb, W. Pansters & H. Siebers (Eds.). *Globalization and development: Themes and concepts in current research* (pp. 131-162). Kluwer Academic Publishers.
- MCDEVITT, M., & Butler, M. (2011). Latino youth as information leaders: Implications for family interaction and civic engagement in immigrant communities. *InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies*, 7(2).
- MENDONÇA, M., & Fontaine, A. M. (2013). Late nest leaving in Portugal: Its effects on individuation and parent-child relationships. *Emerging Adulthood*, 1(3), 233-244.
- MICHELS, T., Albert, I., & Ferring, D. (2011). Emotional relations with grandparents and received support: The adolescent view. *Journal of Intergenerational Relationships*, 9(3), 264-280.
- NEDELUCU, M., & Wyss, M. (2016). "Doing family" through ICT-mediated ordinary co-presence: Transnational communication practices of Romanian migrants in Switzerland. *Global Networks*, 16(2), 202-218.
- NOBLES, J. (2011). Parenting from abroad: Migration, nonresident father involvement, and children's education in Mexico. *Journal of Marriage and Family*, 73(4), 729-746.
- OLIVEIRA, B. (2007). *Fatores preditores de empregabilidade de migrantes*. Associação de Solidariedade Internacional.
- OLIVEIRA, C. (2015). TIC'S na educação: A utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Pedagogia em Ação*, 7(1).
- ORTIZ, D. (2008). *La terapia familiar sistémica*. Ediciones Abya-Yala/Universidad Politécnica Salesiana.
- PANTER-BRICK, C. (2015). Culture and resilience: Next steps for theory and practice. *Youth resilience and culture: Commonalities and complexities*, 233-244.

- PHILLIPSON, C. (2003). Globalisation and the future of ageing: Developing a critical gerontology. *Sociological Research Online*, 8(4), 144-152.
- PICKREN, W. E. (2014). What is resilience and how does it relate to the refugee experience? Historical and theoretical perspectives. In L. Simich & L. Andermann (Eds.). *International perspectives on migration: Vol. 7. Refuge and resilience: Promoting resilience and mental health among resettled refugees and forced migrants* (pp. 7-26). Springer.
- PILLEMER, K., & Luescher, K. (2004). *Intergenerational ambivalences: New perspectives on parent-child relations in later life*. Elsevier.
- PILLEMER, K., & Suitor, J. J. (2005). Ambivalence in intergenerational relations over the life-course. In M. Silverstein, R. Giarrusso, & V. L. Bengston (Eds.). *Intergenerational relations across time and place* (pp. 3-28). Springer.
- PIRES, R. P., Vidigal, I., Pereira, C., Azevedo, J., & Veiga, C. M. (2022). Emigração Portuguesa 2022: Relatório Estatístico. (OEm Emigração Portuguesa No. 09). Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-Iscte.
- POEZE, M. and Mazzucato, V. (2014). Ghanaian children in transnational families: Understanding the experiences of left-behind children through local parenting norms. In L. Baldassar and L. Merla (Eds.). *Transnational families, migration and the circulation of care: Understanding mobility and absence in family life* (pp. 149-169). Routledge.
- PORDATA (2023a). Assinantes do acesso à Internet em Portugal [online] <https://www.pordata.pt/portugal/assinantes+do+acesso+a+internet-2093>
- PORDATA (2023b). Agregados domésticos privados com computador, com ligação à Internet e com ligação à Internet através de banda larga (%) [online] [https://www.pordata.pt/portugal/agregados+domesticos+privados+com+computador++com+ligacao+a+internet+e+com+ligacao+a+internet+atraves+de+banda+larga+\(percentagem\)-1158-9362](https://www.pordata.pt/portugal/agregados+domesticos+privados+com+computador++com+ligacao+a+internet+e+com+ligacao+a+internet+atraves+de+banda+larga+(percentagem)-1158-9362)
- PORDATA (2023c). Indivíduos com 16 e mais anos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos: por grupo etário [online] <https://www.pordata.pt/portugal/individuos+com+16+e+mais+anos+que+utilizam+computador+e+internet+em+percentagem+do+total+de+individuos+por+grupo+etario-1139>
- POTTER, J., & McDougall, J. (2017). *Digital media, culture and education: Theorising third space literacies*. Springer.
- RAMOS, N. (2013). Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. In Pina, H.; Martins, F.; Ferreira, C. *The Overarching Issues of the European Space*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- RATNER, C. (2002). Subjectivity and objectivity in qualitative methodology. *Forum: Qualitative Social Research*, 3(3).
- RELVAS, A. P., & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família*. Quarteto.
- ROBERTO, M. S., Fidalgo, A., & Buckingham, D. (2014). O papel da solidariedade intergeracional no âmbito da literacia digital. *Revista Kairós: Gerontologia*, 17, 9-25.
- ROBERTS, R. E., & Bengston, V. L. (1990). Is intergenerational solidarity a unidimensional construct? A second test of a formal model. *Journal of Gerontology*, 45(1), 12-20.
- ROCCAS, S., & Brewer, M. B. (2002). Social identity complexity. *Personality and Social Psychology Review*, 6(2), 88-106.
- RODRIGUES, J. P. V. (2013). *Os avós na família e sociedade contemporânea: uma abordagem intergeracional e intercultural* [Tese de Doutorado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto da Universidade Aberta.
- RUTTER, M. (1990). Psychosocial resilience and protective mechanisms. In Cicchetti, K. H. Nuechterlein & S. Weintraub (Eds.). *Risk and protective factors in the development of psychopathology* (pp. 181-214). Cambridge University Press.
- RUTTER, M. (1999). Resilience concepts and findings: implications for family therapy. *Journal of Family Therapy*, 21(2), 119-144.
- SANTOS, A. S., McGarrigle, J., Barros, C., Albert, I. & Murdock, E. (2024). An ambivalence typology of the relations between highly educated Portuguese women migrants and their parents. *Humanities and Social Sciences Communications – Nature*, (11), 1-15.
- SARACENO, C. & Naldini, M. (2003). *Sociologia da Família*. Editorial Estampa.
- SATZEWICH, V. (1993). Migrant and immigrant families in Canada: state coercion and legal control in the formation of ethnic families. *Journal of Comparative Family Studies*, 24(3), 315-338.
- SCHWARTZ, S. J., Montgomery, M. J., & Briones, E. (2006). The role of identity in acculturation among immigrant people: Theoretical propositions, empirical questions, and applied recommendations. *Human Development*, 49(1), 1-30.
- SCHWARZ, B., Trommsdorff, G., Albert, I., & Mayer, B. (2005). Adult parent-child relationships: Relationship quality, support, and reciprocity. *Applied Psychology*, 54(3), 396-417.
- SENYÜRD, A., & Detzner, D. (2008). Intergenerational relationships in a transnational context: The case of Turkish families. *Family Relations*, 57(4), 457-467.

- SHARE, M., Williams, C., & Kerrins, L. (2018). Displaying and performing: Polish transnational families in Ireland Skyping grandparents in Poland. *New Media & Society*, 20(8), 3011-3028.
- SHAW, S. L. (2023). Time geography in a hybrid physical-virtual world. *J Geogr Syst*, 25, 339-356.
- SILVERMAN, D. (2005). *Doing Qualitative Research: A Practical Handbook*. Sage Publications.
- SILVERSTEIN, M., & Bengston, V. L. (1997). Intergenerational solidarity and the structure of adult child-parent relationships in American families. *American Journal of Sociology*, 103(2), 429-60.
- SILVERSTEIN, M., Chen, X., & Heller, K. (1996). Too much of a good thing? Intergenerational social support and the psychological well-being of older parents. *Journal of Marriage and the Family*, 58(4), 970-982.
- SWARTZ, T. (2009). Intergenerational family relations in adulthood: Patterns, variations, and implications in the contemporary United States. *Annual Review of Sociology*, 35, 191-212.
- THOMAZINI, M. G., & Goulart, E. E. (2018). Tecnologias móveis e relações interpessoais. *Revista Educação Em Questão*, 56(49), 168-195.
- UNGAR, M. (2008). Resilience across cultures. *British Journal of Social Work*, 38(2), 218-235.
- VILLAS-BOAS, S., Ramos, N., Amado, J., Oliveira, A. L. D., & Montero, I. (2017). A redução de estereótipos e atitudes negativas entre gerações: O contributo da educação intergeracional. *Laplage em Revista*, 3, 206-220.
- WALKER, B. (1994). Valuing differences: The concept and a model. In C. Mabey & P. Illes (Eds.). *Managing Learning*. Routledge.
- WALSH, F. (2002). A family resilience framework: Innovative practice applications. *Family relations*, 51(2), 130-137.
- WALSH, F. (2020). Loss and resilience in the time of COVID-19: Meaning making, hope, and transcendence. *Family process*, 59(3), 898-911.
- WALSH, F., & McGoldrick, M. (2013). Bereavement: A family life cycle perspective. *Family Science*, 4(1), 20-27.
- WANG, Q. (2011). *Intergenerational Solidarity and Its Effects on Life Satisfaction among Chinese Elders* [Tese de Doutorado, Georgia State University]. Scholar Works, Georgia State University.
- WEN, M., & Lin, D. (2012). Child development in rural China: Children left behind by their migrant parents and children of nonmigrant families. *Child Development*, 83(1), 120-136.

- WERNER, E. E., & Smith, R. S. (1992). *Overcoming the odds: High risk children from birth to adulthood*. Cornell University Press.
- WERNER, E. E., & Smith, R. S. (2001). *Journeys from childhood to midlife: Risk, resilience, and recovery, resilience, and recovery*. Cornell University Press.
- WILLIAMS, L., & Claxton, N. (2017). Re-cultivating intergenerational resilience: Possibilities for scaling DEEP through disruptive pedagogies of decolonization and reconciliation. *Canadian Journal of Environmental Education*, 22, 60-81.
- WILSON, A. E., Shuey, K. M., & Elder, G. H., Jr. (2003). Ambivalence in the relationship of adult children to aging parents and in-laws. *Journal of Marriage and Family*, 65, 1055-1072.

### As (nossas) referências bibliográficas

Este livro reflete o esforço de colocar numa obra em língua portuguesa diversos momentos e estudos doutorais e pós-doutorais que originaram obras académicas. Alguns destes trabalhos deram contributos para a presente obra, mas dada a diversidade de abordagens aqui apresenta-se apenas um pequeno recorte, deixando convite a visitar:

- BARROS, C., Hanenberg, P., & Santos, A. S. (2024). Reframing Relational Space. Migration From The Perspective of Those “Who Stay”. *Human Arenas*.
- BARROS, C., & Hanenberg, P. (2024). An integral approach to well-being in transnational families: a brief proposal for best practices. *Social Sciences*, 13(3), 131.
- SANTOS, A. S., McGarrigle, J., Barros, C., Albert, I., & Murdock, E. (2024). An ambivalence typology of the relations between highly educated Portuguese women migrants and their parents. *Humanities and Social Sciences Communications – Nature*, (11), 1-15.
- BARROS, C., & Ganito, C. (2024, forthcoming). Navigating ageing in transnational families: the role of digital technologies. HCII2024, Conference Paper. *Lecture Notes in Computer Science*.
- BARROS, C. (2023). Connection in transnational families. Presence between face-to-face and digital spaces in Portuguese Emigrants. *Trends In Psychology*.
- BARROS, C., McGarrigle, J., Santos, A. S., Albert, I., & Murdock, E. (2023). Solidarity Typologies in Dynamics Between Portuguese Emigrants and Their Parents. *Human Arenas*.
- BARROS, C. (2023). Facing uncertainty. The role of the family in the development of identities. *Zero-a-Seis*, 25(47), 322-341.

- BARROS, C. (2023). Diversidade enquanto potencial. Desenvolvimento Integral: do Pessoal ao Laboral. *Diversifica E-Book on Diversity, Equity and Inclusion*, 37-45.
- BARROS, C. (2022). Famílias transnacionais após a grande recessão na Europa: uma revisão Sistemática da Literatura. *Germinare*, (2), 119-133.
- BARROS, C., (2021). *Famílias pelo Mundo: Solidariedade Intergeracional em Famílias Transnacionais* [Tese de Doutorado]. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Repositório Aberto da Universidade de Lisboa.



As investigações doutorais tiveram suporte de Bolsa de Doutorado da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob referência PD/BD/128345/2017.

As investigações pós-doutorais tiveram suporte de Bolsa de Pós-Doutoramento da *Porticus Foundation* e da Universidade Católica Portuguesa, sob referência GR-074770.

# Entre Fronteiras e Gerações

explora a dinâmica entre jovens emigrantes e as suas figuras parentais em Portugal.

Com recurso a narrativas destas duas gerações iremos explorar os principais desafios às migrações e à adaptação, destacando a solidariedade intergeracional e o papel das tecnologias digitais na construção de resiliência. Um olhar profundo sobre os vínculos familiares em tempos de mudança global.



DESENVOLVIMENTO  
HUMANO pós-doutoramento  
INTEGRAL



## Carlos Barros

Doutorado em Psicologia, com especialidade em Psicologia Social pela Universidade de Lisboa, concluiu o pós-doutoramento em Desenvolvimento Humano Integral na Universidade Católica Portuguesa.

Docente e Investigador na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. É representante português na comissão de gestão da COST (*European Cooperation in Science and Technology*), Ação TraFaDy (*Transnational Family Dynamics in Europe*), sendo co-líder do Grupo de Saúde e Bem-estar.

COM O APOIO DE



CADOS |  
CATÓLICA DOCTORAL SCHOOL

